



Relatório de Gestão 2016

Relatório de Gestão 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicional está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno.

João Pessoa, 15 de março de 2017

Relatório de Gestão 2016

LISTAS DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CCI	Coordenadoria de Controle Interno
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CRCPB	Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba
CRCs	Conselhos Regionais de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CEI	Cadastro de Escritório Individual
DL	Decreto Lei
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
DOE	Diário Oficial do Estado
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FBC	Fundação Brasileira de Contabilidade
IDS	Instituto de Diagnósticos
IES	Instituição de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
IPOG	Instituto de Pós Graduação
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCCS	Plano de Carreira, Cargos e Salários
PB	Paraíba
PVCC	Programa do Voluntariado da Classe Contábil
SESCON	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Pareceres, Informações e Pesquisas do Estado da Paraíba
SIG	Sistema Gestão por Indicadores
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SPW	Spiderware Consultoria em Informática LTDA
SPER	State Penalties and Enforcement Registry
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital
SINCASP	Simpósio Nacional de Contabilidade Pública
TCU	Tribunal de Contas da União
TV	Televisão
TI	Tecnologia da Informação
TRED	Tribunal Regional de Ética e Disciplina
PVCC	Programa do Voluntariado da Classe Contábil
VPCI	Vice-Presidência de Controle Interno

Relatório de Gestão 2016

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informações sobre áreas estratégicas
Quadro 2	Demonstração da Execução da Despesa para atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício
Quadro 3	Previsão e Arrecadação - Receitas Correntes e de Capital
Quadro 4	Despesas por Modalidade de Contratação
Quadro 5	Demonstrativo das Despesas - Corrente e Capital
Quadro 6	Programação de Despesas
Quadro 7	Resoluções
Quadro 8	Portarias
Quadro 9	Acompanhamento de Arrecadação de Multas – Quantidades
Quadro 10	Acompanhamento de Arrecadação de Multas – Valores (R\$ 1,00)
Quadro 11	Indicadores de Gestão
Quadro 12	Objetivo estratégico: 1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs
Quadro 13	Objetivo estratégico: 2. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico as necessidades do CFC
Quadro 14	Objetivo estratégico: 3. Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs
Quadro 15	Objetivo estratégico: 6. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade
Quadro 16	Objetivo estratégico: 7. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e procedimentos
Quadro 17	Objetivo estratégico: 9. Inovar, Integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs
Quadro 18	Objetivo estratégico: 10. Firmar parcerias e estratégicas
Quadro 19	Objetivo estratégico: 11. Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil
Quadro 20	Objetivo estratégico: 13. Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada
Quadro 21	Objetivo estratégico: 14. Atuar como fator de proteção da sociedade
Quadro 22	Força de Trabalho – Situação apurada em 31/12/16
Quadro 23	Distribuição de Lotação Efetiva em 31/12/2016
Quadro 24	Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas em 31/12/2016
Quadro 25	Distribuição da Força de Trabalho por Área Técnica
Quadro 26	Quantidade de Funcionários por Faixa Etária – situação apurada em 31/12/16
Quadro 27	Quantidade de Funcionários por Nível de Escolaridade – situação apurada em 31/12/16
Quadro 28	Quantidade de Funcionários pro Tempo para Aposentadoria – situação apurada em 31.12.2016
Quadro 29	Despesa com Pessoal

Relatório de Gestão 2016

Quadro 30	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva
Quadro 31	Objetivo Estratégico: 04 - Atrair e Reter Talentos
Quadro 32	Objetivo Estratégico: 05 - Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do Sistema CFC/CRCs
Quadro 33	Principais Sistema Computacionais em Uso
Quadro 34	Demandas Recebidas do E-SIC
Quadro 35	Recomendações Recebidas da Auditoria Externa e da CCI/CFC

Relatório de Gestão 2016

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Organograma Funcional
Figura 2	Áreas de Atuação do Sistema CFC/CRCs
Figura 3	Mapa Estratégico
Figura 4	Sistema de Governança

Relatório de Gestão 2016

LISTA DE ANEXOS

- Anexo I Quadro 2 – Demonstração da Execução da Despesa para Atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício
- Anexo II Demonstrações Contábeis
- Anexo III Notas Explicativas às Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016
- Anexo IV Quadro 35 – Recomendações Recebidas da Auditoria Externa e da CCI/CFC

Relatório de Gestão 2016

APRESENTAÇÃO.....	10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	12
1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	12
1.2. NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	12
1.3. BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE.....	13
1.4. ORGANOGRAMA	14
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	17
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL.....	17
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	18
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	19
2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS.....	20
2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	21
2.3.1. Execução física e financeira do orçamento e resultados operacionais alcançados.....	23
2.3.2. Execução descentralizada com transferência de recursos	23
2.3.3. Informações sobre a realização das receitas	23
2.3.4. Informações sobre a execução das despesas.....	26
2.4. GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	29
2.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	33
3. GOVERNANÇA E GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	44
3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	44
3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS	46
3.3. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	47
3.4. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS.....	47
3.5. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	47
3.6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS	47
3.7. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA.....	48
4. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	48
4.1 GESTÃO DE PESSOAS.....	48
4.1.1. Estrutura de Pessoal.....	48
4.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal.....	51
4.1.3. Gestão de Riscos relacionados ao pessoal.....	52
4.1.4. Contratação de mão de obra temporária.....	53
4.1.5. Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Pessoas.....	53
4.2 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	55
4.2.1. PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	56
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	59
5.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO	59
5.2. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS - USUÁRIOS	60
5.3. MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	60
5.4. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	61
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	61

Relatório de Gestão 2016

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO.....	61
6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	62
6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DOS CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	62
6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PREVISTAS PELA LEI 4.320/64	63
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	63
7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	63
7.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO – CCI	63
7.2.1 Tratamento das Recomendações da Câmara de Controle Interno – CCI.....	63
7.2.2. Tratamento das Recomendações da Auditoria Externa e da CCI/CFC	63
7.2.3. Acompanhamento das Deliberações do TCU e CCI.....	64
7.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	64
8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	64
ANEXOS E APÊNDICES	68

Relatório de Gestão 2016

APRESENTAÇÃO

O Relatório da Gestão 2016 visa apresentar as atividades realizadas pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba durante o exercício de 2016, em atendimento ao disposto no art. 70 da Constituição Federal, na IN TCU nº 63/2010, de 01/09/2010, da DN TCU nº 154/2016, de 19/10/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017 de 17/01/2017, bem como as orientações contidas no Sistema de Prestação de Contas (e-contas). Paralelamente, permite ao CRCPB prestar contas à sociedade, e especialmente à classe contábil, da aplicação dos recursos que arrecada e administra, dando transparência aos resultados de sua gestão.

A atuação do Sistema CFC/CRCs tem sido conduzida de forma integrada, com ações planejadas e desencadeadas conjuntamente, respeitando-se, contudo, a autonomia de cada entidade. Essa orientação administrativa, pautada nas práticas mais relevantes da gestão participativa voltada para resultados, formatou o Planejamento Estratégico.

A linha de gestão adotada pelo CFC e compartilhada pelos Conselhos Regionais registra, nesse planejamento, a constante atenção com a inovação, a integração e a melhoria da organização e funcionamento do Sistema. As ações desempenhadas pelo CRCPB no ano de 2016 estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs, firmado em 2007, com metas idealizadas até 2017.

Dentro da filosofia de maior integração com a sociedade, o Sistema CFC/CRCs responde por ações que vão desde a orientação, normatização e fiscalização do exercício profissional aos projetos de educação continuada e desenvolvimento de projetos e campanhas nacionais, entre outros.

Além disso, compete ao CRCPB adotar e promover todas as medidas necessárias à realização de suas finalidades, elaborar e aprovar seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação do CFC.

Dessa forma, o relatório está estruturado em 09 (nove) seções em que apresenta: Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas; Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional; Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; Áreas Especiais da Gestão; Relacionamento com a Sociedade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis; Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle; Outras Informações Relevantes; Anexos e Apêndices.

Podemos destacar no Plano de Trabalho de 2016 os seguintes programas: 1) Gestão de Registro Profissional – No projeto Incentivo ao Registro foram feitas inúmeras campanhas no *facebook*, site e palestras estimulando os estudantes a fazerem o exame de suficiência para regular exercício da profissão, bem como foi dada continuidade a solenidade de entrega de carteiras aos novos profissionais em parceria com o SESCONPB, nas plenárias; 2) Gestão de Fiscalização – No projeto Fiscalização de Organizações Contábeis, foram intensas as fiscalizações eletrônicas, tendo em vista que o CEI fora extinto; 3) Gestão de Educação Continuada – Nos projetos de educação continuada implantamos o Projeto Sábado do Saber, com palestras voltadas aos estudantes, professores e coordenadores das IEs parceiras; Na parceria firmada com o IPOG com palestras aos profissionais em nossas dependências, foram capacitados **4430** (quatro mil quatrocentos e trinta) profissionais contábeis, dentre os quais foram executados os Fóruns e Seminários nas cidades do interior do Estado da Paraíba; implementação

Relatório de Gestão 2016

do Fórum Nacional de SPED e Perícia. 4) Suporte e Apoio a Atividades Afins - Investimos na conclusão do conserto das goteiras e telhados da nossa sede, para o melhor andamento das atividades laborativas.

Dentro das metas estipuladas nos 14 (quatorze) objetivos estratégicos, deixamos de alcançar 04 (quatro), tais como: 1 - "GARANTIR SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA AO SISTEMA CFC/CRCs" (ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA PROFISSIONAL - GERAL), a inadimplência está alta em relação ao total de profissionais ativos e o (ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DE ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, a inadimplência das organizações contábeis continua alta; 2 - ASSEGURAR ADEQUADA INFRAESTRUTURA E SUPORTE LOGÍSTICO ÀS NECESSIDADES DO CFC (ÍNDICE DE RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DE USO DA FISCALIZAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO), devido a falta de recursos financeiros não aderimos a renovação da frota de veículos; 3- AMPLIAR E INTEGRAR O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SISTEMA CFC/CRCs, devemos investir mais na capacitação dos funcionários do CRCPB, bem como renovar o parque de informática; 11 - FORTALECER A PARTICIPAÇÃO SOCIO-POLÍTICO-INSTITUCIONAL, JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS, PRIVADAS, SOCIEDADE CIVIL E ENTIDADES REPRESENTATIVAS DA CLASSE CONTÁBIL, aumentar mais o convite as autoridades aos nossos eventos e plenárias, interação do CRCPB em eventos de outras entidades, e no que concerne a se posicionar mais a temas relevantes de interesse da classe contábil.

Em relação ao 2.3.2 que trata de transferências de recursos, no CRCPB não se aplica.

Relatório de Gestão 2016

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. Finalidade e competências

O Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba (CRCPB), criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 – alterado pela Lei nº. 12.249/10 é uma Autarquia de Regime Especial, dotado de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 1.370/11, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O CRCPB é composto por 12 (doze) Conselheiros Efetivos e igual número de Suplentes, e tem como funções básicas: registrar, fiscalizar, orientar e disciplinar, técnica e eticamente, o exercício da profissão contábil no estado, suplementarmente, executar programas de Educação Continuada que garantam ao Profissional da Contabilidade mais uma forma de aprimorar sua competência técnico-profissional. Regulamentado pela Resolução CRCPB nº 364/2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba e suas alterações.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da unidade

Normas de Criação e Regulamentares da Unidade Jurisdicionada

- Decreto-Lei n.º 9.295, de 27/05/1946, alterado pela Lei n.º. 12.249 de 11/06/2010, que cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.
- Decreto-Lei n.º 1.040, de 21/10/1969, alterado pela Lei n.º. 11.160/05 de 02/08/2005, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

Outras Normas Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada:

- Resolução CFC nº 827/1998, que aprova o Manual de Fiscalização e dá outras providências.
- Resolução CFC nº 863/1999, que dispõe sobre a cobrança compartilhada e o recolhimento da cota pertencente ao CFC.
- Resolução CFC nº 1.101/2007, que aprova o Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs.
- Resolução CFC nº 1.161/2009, que aprova o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, e dá outras providências.
- Resolução CFC nº 1.280/2010, que fixa as diretrizes de cobrança dos CRCs;
- Resolução CFC nº. 1.370/2011, que dispõe sobre Regulamento Geral dos Conselhos.

Relatório de Gestão 2016

- Resolução CFC nº 1.449/2014, que aprova o Manual de Registro e dá outras providências.
- Resolução CRCPB nº 308/2010, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba;
- Resoluções CRCPB nº 335/2013, nº 346/2013 e nº 359/2015 que alteram o Regimento Interno de Contabilidade da Paraíba;
- Resoluções CRCPB nº 327/2012, nº 340/2013, nº 348/2014, nº 353/2014 e nº 358/2015 que alteram as diárias;
- Resolução CRCPB nº 350/2014, que dispõe sobre a criação do Setor de Desenvolvimento Profissional e Eventos.
- Resolução CRCPB nº 356/2014, que revoga na íntegra as resoluções nº 143/1990, 305/2009, 312/2010, 328/2012 e 345/2013, que tratam dos Plano de Carreira, Cargos e Salários – PCCS, do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba e dá outras providências.
- Resolução nº 357/2015 que cria os cargos e funções efetivas e comissionadas dos funcionários do CRCPB;
- Portaria CRCPB nº 31/2015 - Institui a cobrança de seus títulos através de Protesto em Cartório.
- Resolução nº 363/2016 Aprova o Regimento Interno da Comissão Permanente de Transparência - CPT do CRCPB.
- Resolução nº 364/2016 que aprova o Regimento Interno e suas alterações.
- Manual de Cobrança.
- Manual Administrativo e Financeiro.

1.3. Breve histórico da entidade

O Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba – CRC PB foi criado através do Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, no Governo de Eurico Gaspar Dutra, alterado pela Lei nº. 12.249/10 é uma Autarquia de Regime Especial, dotado de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 1.370/11, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, e significou o resultado de um longo processo que a classe contábil, através de suas lideranças, realizou junto aos poderes públicos e à sociedade para conquistar um órgão colegiado que representasse a regulamentação definitiva da profissão. Sua atual sede foi instalada em 1970 e está localizada no centro da cidade de João Pessoa. A representação dos profissionais contábeis é feita através do Plenário do CRCPB que é composta de 24 (vinte e quatro) conselheiros, sendo 12 (doze) efetivos e 12 (doze) suplentes.

Desde sua criação, o sistema CFC/CRCs, composto pelo CFC e por 27 (vinte e sete) conselhos regionais de contabilidade, vem reforçando institucionalmente suas atribuições de registrar os profissionais e fiscalizar o seu trabalho, visando garantir à sociedade o exercício de um trabalho consistente, eficaz e transparente, que auxilie o mercado e traga benefícios ao bom funcionamento da contabilidade no país.

Relatório de Gestão 2016

Em 2010, com a edição da Lei nº 12.249, houve a reforma do Decreto Lei nº 9295, de 27 de maio de 1946, onde se ampliou as competências do CFC, agregando-se a edição de normas profissionais e princípios técnicos de contabilidade, a regulamentação da educação profissional continuada e a instituição do exame de suficiência.

E por fim, a Lei nº 11.160, de 2 de agosto de 2005. Altera o caput do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, que dispõe sobre o Conselho Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências.

1.4. Organograma

Figura 1 – Organograma Funcional



Fonte: CRCPB

A estrutura organizacional e o funcionamento do CRCPB são estabelecidas por resoluções e portarias internas, obedecendo ao organograma institucional, com eficiência e eficácia, visando e atendendo às finalidades institucionais que são: fiscalização do exercício profissional, registro profissional da contabilidade e organizações contábeis e educação continuada.

PLENÁRIO

Constituído pelos conselheiros regionais, o plenário é o órgão máximo de orientação, controle e disciplinamento normativo do CRCPB e tem função institucional de orientar, disciplinar, fiscalizar, interpretar, decidir, rever, processar, aprovar, eleger, autorizar, julgar, propor, apreciar,

Relatório de Gestão 2016

votar, regulamentar e deliberar ações e atos do CRCPB. E funciona também como Tribunal Superior de Ética Profissional.

CONSELHO DIRETOR

Integrado pelo Presidente, pelos Vices Presidentes, eleitos pelo Plenário, empossados no dia 04 de janeiro de 2016, com mandato até 31 de dezembro de 2017, conforme registrado na Ata da 606ª Reunião Ordinária do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

São responsáveis pelo acompanhamento da execução dos trabalhos técnicos e administrativos do CRCPB, por apreciar seu desempenho e formular sugestões para o bom andamento da gestão, tomar conhecimento e deliberar sobre as ações administrativas pessoais e operacionais do CRCPB, planejando as gestões orçamentárias, administrativas e financeiras, opinar sobre os balancetes, pedidos de créditos adicionais, bem como analisar o programa de educação continuada.

ORGÃOS DE DELIBERAÇÃO COLETIVA

Atuam conforme procedimento próprio e decidem pela manifestação conjunta e majoritária de acordo com as suas competências específicas. São órgãos de deliberação coletiva do CRCPB: Câmara de Controle Interno; Câmara de Registro; Câmara de Desenvolvimento Profissional e Eventos, Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina, Câmara Técnica. A competência de cada um dos órgãos deliberativos coletivo está disposta na Resolução CRCPB nº 364 de 28 de julho de 2016, que aprova o Regimento Interno do CRCPB.

ORGÃOS EXECUTIVOS

É integrado pelo Presidente e Vice Presidentes do CRCPB.

Relatório de Gestão 2016

Quadro 1 – Informações sobre áreas estratégicas

Áreas Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Responsável por orientar, coordenar e adotar as medidas necessárias à realização dos serviços e atividades e das finalidades da Entidade, bem como sua administração.	Garibaldi Dantas Filho	Presidente	01.01.2016 a 31.12.2017
Vice-Presidência de Controle Interno	Coordenar os trabalhos da Câmara de Controle interno; dar parecer sobre a prestação de contas, os balancetes mensais, os balanços de exercício, a proposta orçamentária e os pedidos de abertura de crédito, a serem submetidos ao Plenário; fiscalizar, periodicamente a tesouraria e a Contabilidade, examinando livros e demais documentos relativos à gestão financeira;	João Batista Nunes	Vice-Presidente de Controle Interno	01.01.2016 a 31.12.2017
Vice-Presidência de Registro	Apreciar e julgar os pedidos de registros e baixas de profissionais e organizações contábeis; bem como, as respectivas alterações contratuais, quando necessárias; apresentar mensalmente ao Plenário, atas e relatórios sobre os trabalhos apreciados do período.	Glaydson Trajano Farias	Vice- Presidente de Registro	01.01.2016 a 31.12.2017
Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional	Propor a realização de cursos e demais eventos de projetos de Educação Continuada; atuar no planejamento do desenvolvimento profissional; submeter suas decisões para a necessária homologação.	Tarciso Martins de Oliveira	Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional	01.01.2016 a 31.12.2017
Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina	Julga os processos abertos contra pessoas físicas, pessoas jurídicas e organizações contábeis, relativos ao exercício da profissão contábil ou inerentes a ela; formula exigências ou solicita diligências que se fizerem necessárias ao julgamento de processos; posterior submeter suas decisões para a necessária homologação;	José Cleomar de Sousa	Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina	01.01.2016 a 31.12.2017
Vice-Presidência Técnica	Promover o acompanhamento e monitoramento das Normas Técnicas e da Legislação em Geral inerentes a profissão editada pelo CFC, bem como de outros emissores de Normas Técnicas em geral.	Clair Leitão Martins Diniz	Vice-Presidente Técnica	01.01.2016 a 31.12.2017
Vice-Presidência Administrativa	É de sua competência auxiliar a presidência no desempenho de suas atribuições, assinar cheques, sempre em conjunto com o empregado designado para tal fim, nas faltas e nos impedimentos do Presidente ou em qualquer situação por delegação deste.	Vilma Pereira de Souza Silva	Vice-Presidente Administrativo	01.01.2016 a 31.12.2017

Fonte: Diretoria do CRCPB

Relatório de Gestão 2016

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

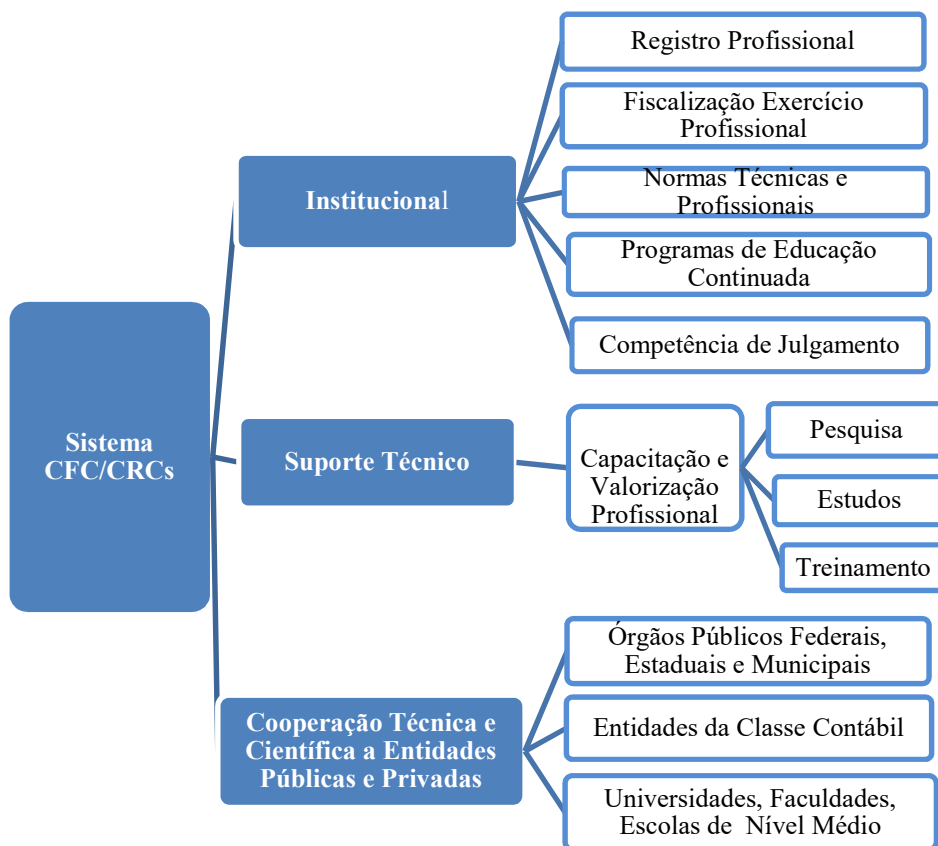
2.1. Planejamento organizacional

A partir da criação dos Conselhos de Contabilidade, foi contínua a evolução da profissão contábil e o consequente aumento do número de registros profissionais e de organizações contábeis. Vislumbrando a necessidade de alcançar a excelência no desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Federal de Contabilidade estimula e apóia o desenvolvimento técnico e operacional dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Com a institucionalização do Sistema CFC/CRCs, os Conselhos de Contabilidade passaram a se organizar de forma sistêmica, definiram suas estratégias de atuação e criaram o seu modelo de planejamento participativo.

Essa nova forma de planejar e executar ações em conjunto levou a resultados significativos, permitindo a implantação de projetos mais ousados e a projeção da classe contábil, fortalecendo e alinhando a gestão por meio de um Planejamento Estratégico.

Figura 2 – Áreas de Atuação do Sistema CFC/CRCs



Fonte: CFC

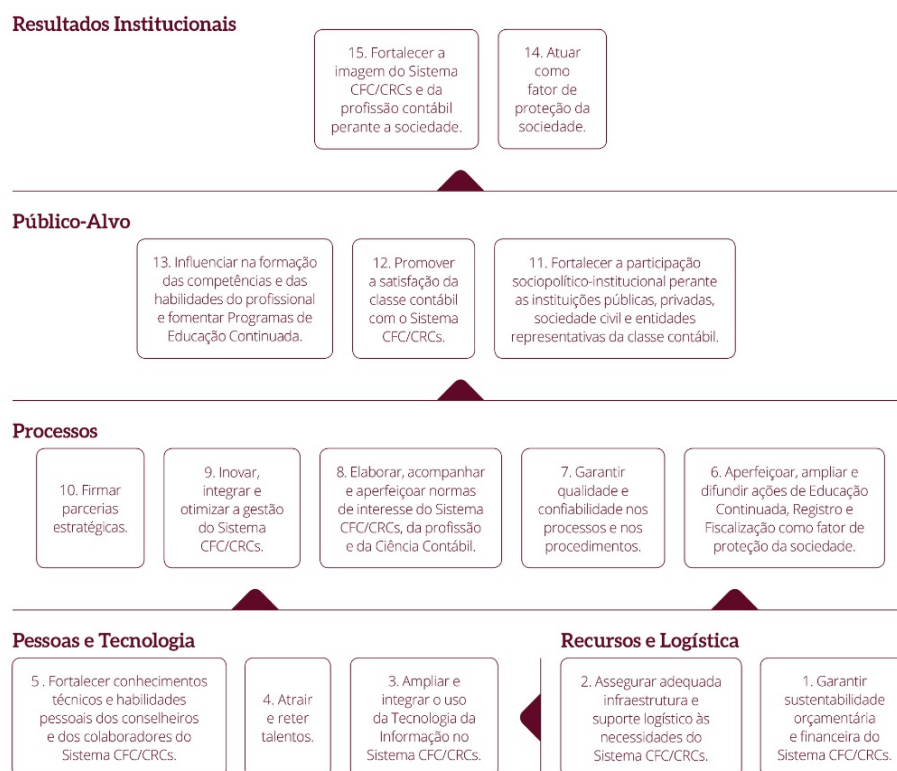
Relatório de Gestão 2016

O CRCPB concentrou esforços em conjunto com o CFC na construção do seu Planejamento Estratégico, com a missão de promover o desenvolvimento da profissão contábil, primando pela ética e qualidade na prestação dos serviços à classe contábil e à sociedade.

Focado em seu Mapa Estratégico, o CFC passou em uma primeira etapa a redesenhar suas áreas e otimizar procedimentos internos para garantir eficácia nos processos e maior interação com o Sistema CFC/CRCs.

Contemplando os anseios da classe contábil e na busca da melhoria contínua, em 2007, o Sistema CFC/CRCs, por meio de seus presidentes e diretores, uniu-se para discutir os objetivos estratégicos e refletir sobre os rumos organizacionais, procurando realinhá-los na busca da convergência de todos os Conselhos de Contabilidade, a fim de traçar e unificar o seu Planejamento Estratégico. O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs foi validado em 2007, com metas a serem alcançadas até o ano de 2017. A partir de então, todos os programas, projetos ou atividades passaram a ser concebidos pelos Conselhos de Contabilidade para atender a sua visão de futuro.

Figura 3 – Mapa Estratégico



Fonte: CFC

2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os principais objetivos estratégicos traçados do exercício de 2016, serviram de base para identificar os alcances, riscos e estratégias para adequar as estruturas, que influenciaram as decisões

Relatório de Gestão 2016

da gestão, foram: 1. Garantir Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRCs; 2. Assegurar Adequada Infraestrutura e Suporte Logístico às Necessidades do Sistema CFC/CRCs; 3. Ampliar e Integrar o uso de Tecnologias da Informação no Sistema CFC/CRCs; 4. Atrair e Reter Talentos; 5. Fortalecer o Conhecimento Técnico e Habilidades Pessoais dos Conselheiros e dos Funcionários do Sistema CFC/CRCs; 6. Aperfeiçoar, Ampliar e Difundir Ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como Fator de Proteção da Sociedade; 7. Garantir Qualidade e Confiabilidade nos Processos e nos Procedimentos; 9. Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRCs; 10. Firmar Parcerias Estratégicas; 11. Fortalecer a Participação Sócio-Político-Institucional junto as Instituições Públicas, Privadas, Sociedade Civil e Entidades Representativas da Classe Contábil; 13. Influenciar na Formação das Competências e das Habilidades dos Profissionais e Fomentar Programas de Educação Continuada; 14. Atuar como Fator de Proteção a Sociedade.

O primeiro objetivo estratégico não atingiu o percentual estabelecido devido à alta inadimplência dos profissionais contábeis, encontramos dificuldades em arrecadação, correspondências voltando, devido ao cadastro desatualizado. Fizemos diligência para continuar com o Protesto e Serasa. Recebemos a visita do setor de cobrança do CFC para treinamento e implantação de novidades ao nosso setor. O objetivo estratégico nº 2 - Assegurar a infraestrutura não foi alcançado, devido a não renovação da frota de veículos, tendo em vista a situação financeira e restrições no orçamento do CRCPB.

No objetivo nº 3 - Ampliar e Integrar o uso de tecnologia da informação do Sistema CFC/CRCs não efetivamos o investimento no parque de informática, devido a restrições no orçamento e mediante o alto déficit deixado da outra gestão. No objetivo nº 11- Fortalecer a Participação Sócio-Político-Institucional junto as Instituições Públicas, Privadas, Sociedade Civil e Entidades Representativas da Classe Contábil devido a inúmeras questões políticas que assolou o Brasil, muitos políticos estavam voltados para soluções dos debates, criação de novas leis, recusando a convites, e como forma de economicidade foi reduzida as viagens de presidente e conselheiros a eventos fora do estado.

2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos:

Toda ação do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba é estruturada em programas, subprogramas e projetos/atividades, inseridos no Plano de Trabalho, de forma a contribuir para o alcance dos Objetivos Estratégicos da administração durante cada exercício. Em linhas gerais, essa estruturação visa aumentar a eficiência na administração do CRCPB e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados em prol da classe contábil, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos.

O Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs prevê a consolidação da visão traçada até o ano de 2017. Durante esse período de dez anos, estão sendo realizadas atividades de acompanhamento e de avaliação das metas descritas para ajustes e adaptação à realidade, em função de fatores intervenientes de caráter interno e externo.

Dessa forma, o Plano de Trabalho utilizado pelo CRCPB é constituído por programas, projetos, atividades, ações e metas a serem alcançados pela administração, com o objetivo de

Relatório de Gestão 2016

instituir um conjunto de ações específicas que necessitam ser desenvolvidas e realizadas, além de definir os meios para obtenção dos resultados pretendidos, devendo estar representado dentro do orçamento de forma compatível, de acordo com a sua aplicabilidade. O Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba com base nos objetivos dos cinco pilares do planejamento estratégico: resultados institucionais, público alvo, processos, pessoas e tecnologia e recursos e logística, desenvolveu 35(trinta e cinco) importantes projetos cujas ações foram voltadas para a consolidação da estratégia de gestão no cumprimento de seus objetivos estratégicos previstos no plano de trabalho para o exercício de 2016, os quais foram distribuídos de forma quantitativa da seguinte forma:

04 projetos para atender o objetivo estratégico: garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do sistema CFC/CRCs;

07 projetos para atender o objetivo estratégico: assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRCPB;

02 projetos para atender o objetivo estratégico: ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs;

02 projetos para atender o objetivo estratégico: atrair e reter talentos;

01 projeto para atender o objetivo estratégico: fortalecer conhecimentos técnicos e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários;

05 projetos para atender o objetivo estratégico: aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade;

01 projeto para atender ao objetivo estratégico: fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe e Firmar parcerias estratégicas;

02 projetos para o objetivo estratégico: inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs;

02 projetos para atender o objetivo estratégico: promover a satisfação da classe contábil com o Sistema CFC/CRCs;

04 projetos para atender o objetivo estratégico: influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada;

01 projeto para atender o objetivo estratégico: atuar como fator de proteção da sociedade;

03 projetos para atender o objetivo estratégico: fortalecer a imagem do Sistema CFC/CRCs e da profissão contábil perante a sociedade.

OBS 01: Para atender ao objetivo estratégico: Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação do sistema CFC/CRCs, o CRCPB registra que atividades foram realizadas, contudo, não foram previstas orçamentariamente nos projetos do Plano de Trabalho, uma vez o Conselho não dispunha de recursos para a execução das mesmas, apesar de termos aderido ao projeto do CFC referente ao parque de Informática.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos:

Possuímos o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) que é uma ferramenta gerencial utilizada pelos gestores dos Conselhos Regionais de Contabilidade para monitorar o

Relatório de Gestão 2016

desenvolvimento dos objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs. O acompanhamento dos fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento das ações ocorre pela medição dos projetos/atividades dos diversos setores do CFC e CRCs refletidos nos indicadores, na razão de dados históricos e elementos correlacionados que, combinados, evidenciam os resultados a serem almejados em nível satisfatório. As implementações realizadas nas ações corretivas para que o CFC e o CRCs mantenham continuados os padrões de desempenho em níveis satisfatórios (ora entendidos como metas a serem atingidas) se refletem nos elementos que compõem os indicadores e seus resultados. No Sistema CFC/CRCs o sistema de Indicadores e o Sistema de Plano de Trabalho, os quais permitem o acompanhamento da execução orçamentária de ações previstas nos projetos/atividades.

São pontos de controle definidos pela entidade no intuito de mensurar o alcance do objetivo proposto para projetos/atividades definidos por objetivo estratégico e o sistema de plano de trabalho que ao publicar o Plano de Trabalho e Orçamento de 2016, o CRCPB detalha as diretrizes e os rumos que serão seguidos pela entidade responsáveis pela profissão. São apresentados projetos e investimentos voltados à classe contábil da forma mais clara possível. Ao defender a transparência das informações, o Plano de Trabalho e Indicadores 2016, a exemplo das publicações ocorridas nos anos anteriores, significa o entendimento dos Conselhos de que o ato de planejar agrega o de organizar, o de liderar e o de controlar, objetivando minimizar os riscos inerentes a toda e qualquer ação e, em caráter primordial, aperfeiçoar os resultados pretendidos. Além disso, esta publicação traz embutido o princípio de que o hábito de registrar as ações facilita o controle, assim como redefine posturas a partir de experiências de sucessos ou insucessos descritos em planos anteriores, além de permitir vislumbrar um horizonte a ser alcançado e um caminho a ser seguido na busca da plena eficiência organizacional.

Os programas e os respectivos projetos são elaborados pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, de acordo com as funções básicas do Sistema.

O monitoramento dos indicadores de gestão é feito de forma sistêmica visando identificar e corrigir tempestivamente possíveis fragilidades de maneira a subsidiar a presidência e vice-presidência com informações importantes para a tomada de decisões e o cumprimento das metas estabelecidas.

2.3 Desempenho orçamentário e operacional:

O orçamento do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba integra um conjunto de informações relativas às ações estabelecidas nos projetos e nas atividades, os quais estão alinhados para que funcionem como instrumento de programação, de controle e de planejamento, apresentando compatibilidade com as informações contábeis em 100% nas receitas e despesas, atendendo o princípio do orçamento bruto.

O monitoramento das informações é feito de forma sistêmica e contribui para o atendimento dos objetivos estratégicos “Garantir a Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRCs” e “Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRCs”.

A programação orçamentária do CRCPB não depende do orçamento da União e suas atividades são financiadas com recursos provenientes das anuidades, devidas pelos contabilistas e

Relatório de Gestão 2016

organizações contábeis, bem como, dos emolumentos, multas de infração e outras previstas na legislação.

O orçamento para o exercício de 2016 foi estimado em R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais) conforme demonstrado abaixo de acordo com a Resolução nº 362/2015 de 29/10/2015, com vinculação aos programas e projetos/atividades de acordo a política de gestão para este exercício.

O CRCPB desenvolveu e promoveu inúmeras ações no intuito de cumprir os objetivos constantes no planejamento estratégico da Autarquia. Nesse intuito, os principais projetos desempenhados forma:

- Apoio a eventos de entidade de classe, instituição de ensino e comissão jovem liderança contábeis do CRCPB;
- Valorização do Profissional da Contabilidade – Semana da Contabilidade;
- Visita a Instituições de Ensino Superior;
- Realização de Pesquisa de Satisfação com o Profissional, bem como disponibilização de informações e documentos no Portal de Transparência e e-SIC;
- Realização de Fóruns e Seminários no interior do Estado da Paraíba;
- Implantação do Projeto Sábados do Saber;
- Aplicação do Exame de Suficiência para obtenção do Registro Profissional;
- Participação no Congresso Brasileiro de Contabilidade;
- Participação do Presidente em reuniões promovida por órgãos públicos e privada;
- Realização de Convênio/Parceria – descontos em Curso de Graduação e Pós Graduação e Cursos de Extensão;
- Reunião Nacional de Presidentes do Sistema CFC/CRC's;
- Aplicação do Exame de Qualificação Técnica – CNAE;
- Reuniões com as Comissões do PVCC, Coordenadores de Curso e Jovens Lideranças;
- Reformulação do site;
- Foram realizadas diversas solenidades de entrega das carteiras de identidade profissionais;
Esse projeto objetivou:
 - Fortalecer a imagem da profissão contábil perante a sociedade;
 - Atuar como fator de proteção da sociedade;
 - Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada;
 - Firmar parcerias estratégicas;
 - Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRC's;
 - Elaborar., Acompanhar e Aperfeiçoar normas de interesse do Sistema CFC/CRC's da Profissão e da Ciência Contábil;
 - Atrair e Reter Talentos;

Relatório de Gestão 2016

- Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe;
- Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos;
- Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações do registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade;
- Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRC's;

O desempenho operacional dos objetivos foram atingidos em parte. Doravante teremos um acompanhamento através de um Plano de Ação para que os projetos e metas sejam cumpridos na sua totalidade, inclusive iremos fazer ações para aumentar a arrecadação, conseqüentemente aumentando o orçamento do exercício, com isso teremos capacidade de atingir o planejado.

2.3.1 Execução física e financeira do orçamento e resultados operacionais alcançados

(Anexo I)

2.3.2 Execução descentralizada com transferência de recursos

O Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba não efetuou durante o exercício de 2016 transferências mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições, de modo a permitir a avaliação das ações de controle e acompanhamento efetuadas pelo CFC sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

2.3.3 Informações sobre a realização das receitas

A receita do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, conforme dispõe o art. 28 do Regimento Interno, tem a seguinte constituição:

- 80% (oitenta por cento) da receita bruta;
- rendas oriundas da exploração de bens e serviços;
- receitas financeiras
- legados, doações e subvenções;
- outras receitas.

A Resolução CFC n.º 863/1999, disciplina a cobrança compartilhada e o recolhimento da cota pertencente ao CFC, onde os Conselhos Regionais são responsáveis pela arrecadação e recebimento. No compartilhamento são destinados 80% (oitenta por cento) para o Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba e 20% (vinte por cento) é repassado automaticamente, para o Conselho Federal de Contabilidade, pelo banco arrecadador.

a) Origem das receitas

Relatório de Gestão 2016

- Receitas de Contribuições = receitas de anuidades de profissionais, organizações contábeis e de escritórios individuais do exercício, de exercícios anteriores e dívida ativa;
- Exploração de bens e serviços = receitas de alugueis, dividendos, serviços com emolumentos de inscrições, expedições de carteiras, certidões, decorees entre outras receitas diversas;
- Receitas Financeiras = receita de juros e encargos, atualização monetária, multas sobre anuidades, remunerações bancárias e aplicações financeiras;
- Transferências correntes = de subvenções do CFC para custeamento de despesas correntes;
- Outras Receitas Correntes = de multas de eleições e infrações, atualização monetária multa e juro por pagamento em atraso, restituições, dívida ativa, receitas não identificadas e outras receitas diversas.

Estes recursos são destinados ao custeio dos projetos/atividades relacionados ao registro, a fiscalização, a edição de normas e a educação continuada, oferecidos no interesse da categoria de profissionais de contabilidade, como também para o custeio das atividades operacionais do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

O grande incremento da receita se dá pelo pagamento das anuidades dos profissionais registrados no CRCPB, cujo montante foi orçado de acordo com a previsão de novos registros, com base nos aprovados no exame de Suficiência.

A previsão da receita corrente é estabelecida tomando como parâmetro os seguintes critérios:

- Receita realizada até o mês de agosto, somado com a projeção até dezembro;
- Acompanhamento da variação do número de profissionais inscritos;
- Verificação da previsão de aumento no valor da anuidade;

A previsão da receita de capital é feita de acordo com a alienação de bens ou outras que se caracterizem com esse tipo de arrecadação no exercício.

b) Previsão e arrecadação por Natureza

A receita total do Conselho Regional de Contabilidade no exercício de 2016 foi estimada em R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), e a arrecadação atingiu **99,43%** da receita estimada, conforme composição das receitas correntes e de capital, demonstradas a seguir:

Quadro 03 – Previsão e Arrecadação por Receitas Correntes e de Capital

RECEITAS CORRENTES	
Grupos de Receita	2016

Relatório de Gestão 2016

	Previsto	Realizado	%
1. Contribuições	2.552.066,15	2.452.654,93	96,1
Anuidades	2.552.066,15	2.452.654,93	96,1
2. Exploração de Bens e Serviços	76.153,00	105.109,25	
Exploração de Bens	50,00	2,32	4,64
Exploração de Serviço	76.103,00	105.106,93	138,11
3. Financeiras	205.700,85	203.633,53	
Juros, Atualização, Multas e Encargos s/ Receitas	193.313,85	179.496,90	92,85
Remuneração de Dep. Banc. e Aplic.Financeiras	12.387,00	24.136,63	194,85
4. Outras Receitas Correntes	183.980,00	320.962,59	
Transferências	94.080,00	228.226,37	242,59
Multas	89.700,00	75.201,25	83,84
Demais Elementos do Grupo	200,00	17.534,97	
TOTAL RECEITAS CORRENTES	3.017.900,00	3.082.360,30	102,14
RECEITAS DE CAPITAL			
Grupos de Receita	2015		
	Previsto	Realizado	%
6. Alienação de Bens	82.100,00	0,00	0,00
Bens Móveis	30.000,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	52.100,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITA DE CAPITAL	164.200,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	3.182.100,00	3.082.360,30	96,87

Fonte: Sistema de Contabilidade

As receitas de contribuições atingiram 96,10% do orçamento previsto e representam 92,04 do total das receitas correntes.

As receitas de bens e serviços atingiram 138,11% em relação a receita prevista, e representa 3,41% em relação ao total das receitas correntes.

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras e juros e encargos sobre anuidades, multas de infração e eleição atingiram 93,25% da previsão e representa 6,75% do total das receitas correntes.

As demais receitas atingiram 89,36% da previsão e 10,64% do total das receitas correntes. Nelas estão incluídas as receitas provenientes de transferências a título de subvenções relativas à Resolução CFC nº 1.434/2013, além de outras transferências relativas a auxílios do CFC.

As receitas de capital no exercício de 2016 foram previstas, porém não houve a alienação do imóvel e nem dos bens móveis conforme demonstrado.

c) Forma de partilha de receita entre as Unidades Central e Regional.

Conforme disposto na alínea “a” do art. 8º do Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e nas Resoluções CFC n.º 1.370/11, CFC n.º 1.252/09, constitui renda do Conselho Federal de Contabilidade 1/5 (um quinto) da renda bruta de cada Conselho Regional nela não se compreendendo doações, legados e

Relatório de Gestão 2016

subvenções. A renda prevista nos instrumentos legais citados acima é realizada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade e repassada ao CFC, a título de cota-parte.

2.3.4 Informações sobre a execução das despesas

Para o exercício de 2016, foi planejado inicialmente o montante de em R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais), sendo R\$ 3.017,900 (três milhões dezessete mil e novecentos reais) de despesas correntes e R\$ 82.100,00 (oitenta e dois mil e cem reais) de despesas de capital.

As despesas são fixadas de acordo com a sua relevância e grau de prioridade e são executadas de acordo com o planejamento.

a) Execução das despesas por modalidade de licitação

Quadro 04 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	148.694,14	462.326,94	147.194,14	351.251,16
a) Convite	73.308,40	341.936,12	73.308,40	230.939,75
b) Tomada de Preços	28.597,99	104.456,33	28.597,99	79.683,24
d) Pregão	46.787,75	15.934,49	14.434,49	40.628,17
2. Contratações Diretas (h+i)	225.432,02	276.208,07	224.106,34	276.208,07
h) Dispensa	179.523,86	193.508,07	179.523,86	193.508,07
i) Inexigibilidade	45.908,16	82.700,00	81.374,32	82.700,00
3. Regime de Execução Especial	7.660,33	8.902,88	7.660,33	8.902,88
j) Suprimento de Fundos	7.660,33	8.902,88	7.660,33	8.902,88
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.668.520,70	1.766.811,27	1.652.601,90	1.655.072,10
k) Pagamento em Folha	1.617.748,86	1.666.910,67	111.739,17	1.555.171,50
l) Diárias	50.771,84	99.900,60	50.771,84	99.900,60
5. Outros	787.837,21	776.393,54	782.766,13	776.393,54
6. Total (1+2+3+4+5)	2.838.144,40	3.290.642,70	2.814.328,84	3.067.827,79

Fonte: Sistema de Contabilidade

No exercício de 2016, foram abertos 01 (um) processo de licitações na modalidade Convite; 03 (três) processos na modalidade Pregão Presenciais. As contratações diretas na modalidade Dispensa foram 6 (seis), 01(um) processo de Inexigibilidade e 01 (um) processo de tomada de preços.

Os responsáveis por suprimento são nomeados por meio de Portaria e as prestações de contas dos gastos são elaboradas e apresentadas no trigésimo dia após a sua concessão e por ocasião do encerramento do exercício, a prestação de contas é feita até o último dia útil do ano.

Relatório de Gestão 2016

A folha de pagamento, as provisões de férias, 13º salário e encargos patronais são apropriados pelo regime de competência contábil e o pagamento da folha é feito até o último dia útil de cada mês.

As férias são concedidas e pagas de acordo com o calendário anual de férias e o pagamento do 13º salário é concedido de acordo com a demanda dos funcionários ou nos meses de junho – 1ª parcela e de dezembro – 2ª parcela, nos termos da legislação em vigor.

O pagamento das diárias tem como base a Resolução CRCPB n.º 358/2015, que dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O montante evidenciado no item “outros”, refere-se a cota parte repassada ao CFC pelo CRCPB, despesas com cobrança, pagamento de bolsa auxílio aos estagiários, publicações, entre outros.

b) Comparativo das despesas entre os dois últimos exercícios:

De acordo com a Resolução CFC n.º 1.161/2009, o Sistema CFC/CRCs não utiliza a metodologia de Restos a Pagar Não Processados.

Quadro 05 – Demonstrativos das Despesas – Corrente e Capital

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal						
Remuneração de Pessoal	1.072.344,36	1.123.886,43	1.072.344,36	1.123.886,43	1.072.344,36	1.112.053,12
Encargos Patronais	337.935,33	343.191,55	337.935,33	343.191,55	322.016,53	268.305,83
Benefícios a Pessoal	187.828,45	174.812,55	187.828,45	174.812,55	187.828,45	174.812,55
2. Uso de Bens e Serviços			0,00			
Material de Consumo	60.444,92	63.627,62	60.444,92	63.627,62	60.444,92	63.627,62
Serviços	403.514,34	606.362,41	403.514,34	606.362,41	400.688,66	553.108,18
Diárias	50.771,84	99.807,60	50.771,84	99.807,60	50.771,84	99.807,60
Passagens	34.659,95	43.024,68	34.659,95	43.024,68	34.659,95	43.024,68
Demais elementos do grupo	1.614,00	1.129,86	1.614,00	1.129,86	1.614,00	1.129,86
3. Financeiras			0,00			
Serviços Bancários	112.588,11	84.721,28	112.588,11	84.721,28	112.588,11	84.721,28
4. Outras Despesas Correntes			0,00			
Tributárias e Contributivas	559.692,24	553.960,06	559.692,24	553.960,06	554.621,16	550.575,33
Demais elementos do grupo	8.270,86	12.067,00	8.270,86	12.067,00	8.270,86	12.067,00
DESPESAS CORRENTES	2.829.664,40	3.106.591,04	2.829.664,40	3.106.591,04	2.805.848,84	2.963.233,05
DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
5. Investimentos						
Obras e Instalações	0,00	125.656,45	0,00	125.656,45		79.683,54
Equipam. Mat. Permanentes	8.480,00	58.395,21	8.480,00	58.395,21	8.480,00	24.911,20
Aquisição de Imóveis						
DESPESAS DE CAPITAL	8.480,00	184.051,66	8.480,00	184.051,66	8.480,00	104.594,74
TOTAL GERAL	2.838.144,40	3.290.642,70	2.838.144,40	3.290.642,70	2.814.328,84	3.067.827,79

Fonte: Balanço Orçamentário em 31/12/2016(Sistema de Contabilidade)

Relatório de Gestão 2016

No exercício de 2016, as despesas foram executadas no montante de R\$ 2.838.144,40 (Dois milhões oitocentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), sendo que as despesas correntes representam 91,55% da despesa total, e apresenta uma média de gasto mensal de R\$ 236.512,03 (duzentos e trinta e seis mil quinhentos e doze reais e três centavos).

Comparativamente com o exercício anterior observa-se que as despesas correntes no exercício de 2016 tiveram uma diminuição significativa de 8,96% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas de capital representam, aproximadamente, 0,30% da despesa executada conforme demonstrado. Destaca-se que neste exercício foram investidos R\$ 8.480,00 (oito mil quatrocentos e oitenta reais) em aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

c) Programação orçamentária das despesas correntes e de capital

Quadro 6 – Programação de Despesas

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais 6.3.1.1+6.3.1.2	2– Uso de Bens e Serviços 6.3.1.3	3 – Financeiras 6.3.1.4	4–Outras Desp. Correntes 6.3.1.5+6.3.1.6+6.3.1.9
DOTAÇÃO INICIAL			1.690.689,58	638.866,42	87.500,00	600.844,00
CRÉDITOS	Suplementares		2.100,00		26.100,00	3.250,00
	Especiais	Abertos				
	Extraordinários	Abertos				
Créditos Cancelados (-)				-4.550,00		
Dotação final 2016(A)			1.692.789,58	634.316,42	113.600,00	604.094,00
Dotação final 2015(B)			1.642.735,18	821.520,35	84.755,48	567.211,68
Variação (A/B-1)*100			3,05	-22,79	34,03	6,50
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			
			5 – Investimentos 6.3.2.1	6 - Empréstimos concedidos	7- Amortiz. da Dívida	8–Outras Desp.de capital
DOTAÇÃO INICIAL			82.100,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
	Extraordinários	Abertos				
Créditos Cancelados (-)			-26.900,00			
Dotação final 2016(A)			55.200,00			
Dotação final 2015(B)			184.103,56			
Variação (A/B-1)*100			-70,02			

Fonte: Sistema de Contabilidade

Relatório de Gestão 2016

No exercício de 2016 foram realizadas 11(onze) modificações no orçamento, sendo 01 (uma) aprovada por meio de Resolução e 10 (dez) por meio de Portaria, com anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme demonstrado abaixo de acordo com a Resolução nº 362/2015 de 29/10/2015, que aprovou o Orçamento do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba:

Quadro 07 – Resoluções

Ato	Data	Valor	Fonte de Recursos
Resolução CRC nº365/2016	25/08/2016	3.000,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Total Suplementado		3.000,00	

Fonte: Sistema de Contabilidade

Quadro 08 – Portarias

Ato	Data	Valor	Fonte de Recursos
Portaria CRC nº 021/2016	05/05/2016	29.000,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 026/2016	14/06/2016	3.000,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 029/2016	30/06/2016	3.032,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 036/2016	01/08/2016	30.500,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 052/2016	13/09/2016	44.600,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 055/2016	29/09/2016	4.100,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 056/2016	21/10/2016	5.295,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 058/2016	07/11/2016	23.000,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 060/2016	01/12/2016	3.900,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Portaria CRC nº 061/2016	16/12/2016	6.050,00	Anulação Parcial Dotação Orçamentária
Total Suplementado		152.477,00	

Fonte: Sistema de Contabilidade

2.4. Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

O processo de gestão de multas do CRC-PB é uma atividade compartilhada entre os setores de Fiscalização e Cobrança. As multas geradas por atividade inerente ao processo fiscalizatório são repassadas e geridas ao setor de cobrança.

O processo de acompanhamento das multas possui sua estrutura e procedimentos conforme as recomendações, resoluções e normas do CFC. Os mecanismos de controle minimizam riscos a fim de maximizar a eficiência e diminuir os riscos.

Para discorrer sobre o processo, os itens abaixo demonstram as etapas da atividade de gestão de multas:

a) Estrutura de que a unidade dispõe para a gestão desse processo:

O processo de geração de multas da fiscalização é decorrente da atividade inerente do setor, em que suas competências são oriundas do DL 9295/46. As multas são aplicadas ao profissional da contabilidade, a empresas contábeis e não-contábeis e pessoas físicas, que se enquadrem nos

Relatório de Gestão 2016

dispositivos legais, decorrente de práticas que ferem as normas e legislações da profissão contábil vigente.

O processo administrativo é julgado pelo relator (conselheiro) que o aprecia na Câmara de Fiscalização e conseqüentemente no Tribunal Regional de Ética, passando, quando for o caso, ao Conselho Federal de Contabilidade (instância superior). Ao trânsito e julgado a penalidade pecuniária, após cientificada ao autuado, é incluída no sistema informatizado e findando os prazos para pagamento, devidamente cobrada pelo setor correspondente (Cobrança). O setor jurídico dá aporte aos dois setores, para minimizar os erros e demandas judiciais, inerentes à atividade de fiscalizar e gerir multas.

b) Procedimento interno de aplicação de multas – trâmite do processo interno:

Como dito no item anterior, as multas são geradas da precípua atividade da fiscalização (eletrônica) do CRCPB e aplicadas seguindo ritos conforme a legislação pertinente da profissão contábil. Depois de aplicada a multa, pelo setor de fiscalização, cabe ao setor de cobrança a gestão das mesmas.

c) Gestão de riscos relacionados à atividade:

A gestão de riscos é parte importante da atividade de fiscalização, principalmente com o intuito de minimizar possíveis falhas. Para que toda multa aplicada, seja devidamente cobrada é necessário seguir todo um protocolo de atividades em consonância com a atividade e segurança jurídica do Regional.

d) Medidas usuais:

Todas as medidas propostas pela Resolução CFC nº 1280/2010 e no Manual da Cobrança do Conselho Federal de Contabilidade, são seguidas rigorosamente pela Cobrança do CRCPB, fato reforçado por treinamento recebido em Julho de 2016 e pela Auditoria Interna realizada pelo próprio órgão.

e) Análise crítica da gestão de multas empreendidas:

A gestão de multas empreendidas é realizada pelo setor de cobrança com medidas usuais de arrecadação conforme o citado no item anterior, contudo, a situação sócio-econômica do país influencia diretamente na situação, podendo gerar índices baixos e/ou relevantes de uma ano para o outro na arrecadação deste numerário.

Relatório de Gestão 2016

Quadro 09 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS – Quantidade

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)										Validação			
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas				Demais Situações	
						Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios				Exercícios	
Período de Competência	Quantidade	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
2015	162	63	-	0	-	0	-	99	-	0	-	0	-	99	-	0	-	162	-
2016	114	4	69	0	0	0	0	41	45	0	0	0	0	41	45	0	0	114	114
Total	276	67	69	0	0	0	0	140	45	0	0	0	0	140	45	0	0	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		276	114																

Fonte: Sistema de Fiscalização SPW

Relatório de Gestão 2016

Quadro 10 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas –Valores (R\$ 1,00)

ACOMPANHAMENTO DA ARRECAÇÃO DE MULTAS - Valores (R\$ 1,00)															
MONTANTE FINANCEIRO (R\$)															
Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Multas Aplicadas por Período de Competência	
		2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
2016	143.319	-	-	26.352	-	0,00	-	0,00	-	0	-	99.174	-	143.318,90	-
2015	94.164	-	-	14.218	41.253	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	-	91.603	94.163,78	94.163,78
Total	237.482,68	0,00	0,00	40.569,88	41.252,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.173,62	91.603,40	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				143.318,90	94.163,78										

Fonte: Sistema de Fiscalização - SPW

Relatório de Gestão 2016

2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Os indicadores são pontos de controle definidos pela entidade no intuito de mensurar o alcance do objetivo proposto para projetos/atividades definidos por objetivo estratégico. O quadro abaixo evidencia os indicadores atribuídos para cada objetivo.

Quadro 11 – Indicadores de Gestão

Objetivo Estratégico	Indicadores estratégicos atribuídos
1. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs	Ampliação da receita de contribuição (anuidade de profissionais e organizações contábeis)
	Índice de Inadimplência Profissional – Geral
	Índice de Inadimplência de organização contábil – Geral
	Índice de despesa com pessoal
2. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs	Índice de adequação da frota de veículos de uso da fiscalização
	Índice de renovação da frota de veículos de uso da fiscalização e da administração
	Índice de satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde
3. Ampliar e integrar o uso de tecnologias da informação no sistema CFC/CRCs	Índice de capacitação de usuários em tecnologia
	Índice de Renovação do Parque de Informática
4. Atrair e reter talentos	Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo CRCPB em prol do corpo funcional
	Percentual de benefícios
	Taxa de desligamento
5. Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do Sistema CFC/CRCs	Hora média de capacitação dos conselheiros
	Percentual de treinamentos realizados para atender as competências definidas
6. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade	Índice de Realização de diligências geral
	Índice de evolução de registros profissionais ativos
7. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	Índice de satisfação com a qualidade no atendimento CFC/CRCs
	Tempo médio de julgamento de processos de registro
	Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização
9. Inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs	Grau de Eficiência Orçamentária
	Grau de Implementação da Inovação
10. Firmar parcerias estratégicas	Percentual de parcerias e patrocínios firmados
11. Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto as instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil	Relacionamento sócio-político-institucional
	Participação institucional(convite) em eventos de outras entidades
	Posicionamento do CFC e CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade
13. Influenciar na formação das competências e das habilidades dos profissionais e fomentar programas de educação continuada	Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação -Educação continuada
	Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita
	Avaliação dos eventos – Cursos, Seminários, Congressos, Encontros
14. Atuar como fator de proteção a sociedade	Ética na profissão
	Índice de controle social

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores CFC / CRCs

Relatório de Gestão 2016

As informações a seguir demonstram as fórmulas, metas estipuladas e resultados alcançados dos principais indicadores evidenciados por objetivo estratégico. Foram relacionados 14 (quatorze) indicadores com as principais ações realizadas em 2016:

Quadro 12 – Objetivo estratégico: 01. Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs

Indicador Estratégico – Ampliação da receita de contribuição (anuidade)	
Objetivo	Avaliar o comportamento da receita de contribuição (redução ou acréscimo) em relação ao exercício anterior
Fórmula do Indicador Estratégico	$[(\text{Receita de contribuição do ano atual} / \text{receita de contribuição do ano anterior}) - 1] \times 100$
Periodicidade	Anual com prévias quadrimestrais
Resultado do Indicador	8,49%
Meta para o ano de 2016	2%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de inadimplência profissional – Geral	
Objetivo	Avaliar o percentual de geral de inadimplência de anuidade, multa de infração e multa de eleição dos profissionais.
Fórmula do Indicador Estratégico	$(\text{Numero total de profissionais ativos inadimplentes até o exercício atual} \times 100 / \text{total de profissionais ativos})$
Periodicidade	Anual com previa quadrimestral
Resultado do Indicador	61,62%
Meta para o ano de 2016	Até 26%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador estratégico – Índice de inadimplência de organizações contábeis – Geral	
Objetivo	Avaliar o percentual de geral de inadimplência de anuidade e multa de infração geral de organizações contábeis
Fórmula do Indicador Estratégico	$(\text{Numero total de organizações contábeis inadimplentes até o exercício atual} \times 100 / \text{total de organizações contábeis ativas})$
Periodicidade	Anual com previa quadrimestral
Resultado do Indicador	10,06%
Meta para o ano de 2016	Até 6%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de despesas com pessoal	
Objetivo	Avaliar o percentual da despesa de pessoal em relação ao total da arrecadação
Fórmula do Indicador Estratégico	$((\text{Valor da despesa com pessoal} / \text{receita corrente líquida}) \times 100)$
Periodicidade	Anual e acumulado
Resultado do Indicador	69,36%
Meta para o ano de 2016	Até 72,00%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica:

Indicador ampliação da receita de contribuição (anuidade): A meta foi cumprida, devido a mudanças ocorridas no trabalho desenvolvido pelo setor de cobrança através de várias ações, dentre elas o protesto de títulos via cartório e a interiorização do mesmo, ao setor de Registro pelas ações

Relatório de Gestão 2016

desenvolvidas junto aos profissionais aprovados pelo exame de suficiência e ao setor de Fiscalização na identificação de organizações contábeis sem o devido registro.

Indicador índice de inadimplência profissional – Geral: A meta foi estipulada para até 26%, porém não alcançamos a meta por ter atingindo o percentual de 61,62%. As medidas estipuladas para o ano de 2016 foram realizadas, destacamos o crescimento da receita, no âmbito geral, em relação a outros anos, mesmo com a perda de determinadas receitas. Intensificamos as ações de cobrança durante o exercício, através de parceria firmada com uma empresa de banco de dados para atualizar o cadastro dos inadimplentes e também com a postagem de correspondências instigando o profissional a vir ao CRCPB para regularizar a sua situação. Adotamos como política de cobrança de créditos dos exercícios atuais e anteriores, os critérios o § 2º do artigo 6º da lei nº 12.514 de 28 de outubro de 2011, além dos procedimentos em cobrança administrativa preliminar, conforme Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRCs – 2010. Contudo, registramos que de acordo com o "Art. 8º da referida lei, os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente." A atual legislação passou a prever expressamente uma limitação severa acerca do montante objeto das execuções fiscais promovidas pelos conselhos de fiscalização profissional, impedindo o ingresso no Judiciário de demandas cujos custos de processamento serão maiores do que o próprio proveito econômico buscado. E para 2017 continuaremos com o protesto, bem como mutirão judicial aos processos não conclusos.

Indicador índice de inadimplência de organizações contábeis – Geral: A meta foi estipulada para 6%, porém houve um aumento da inadimplência atingindo um percentual de 10,06%, devido também a crise que assola o país. Continuaremos com a conciliação judicial, maior efetividade nas inscrições em dívida ativas e execuções fiscais, baixas mensais de débitos prescritos, dentre outras ações de cobranças.

Indicador índice de despesas com pessoal: A meta previa um gasto com despesa de pessoal no mínimo de 72% do total da receita corrente líquida, e conseguimos redução para 69,36%. Para menor impacto na folha de pagamento o CRCPB não renovou o concurso público que estava em vigor e nem contratou novos funcionários e diminuiu a quantidade de estagiários, não concedeu reajustes de salários, revogou todos os planos de cargos, funções, carreiras e salários para elaboração de um novo com análise de impactos no longo prazo. Conseguimos alcançar parcialmente a meta em virtude do término do pagamento dos acordos firmados para pagamento de diferenças salariais dos funcionários em virtude da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE. Houve uma rescisão de uma funcionária a pedido da mesma.

Relatório de Gestão 2016

Quadro13 – Objetivo estratégico: 02. Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do CRC

Indicador Estratégico – Índice de adequação da frota de veículos de uso da fiscalização	
Objetivo	Verificar se o CRC possui carros para todos os fiscais
Fórmula do Indicador Estratégico	Quantidade de veículos/quantidades de fiscais
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	60%
Meta para o ano de 2016	80%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de renovação da frota de veículos de uso da fiscalização e da administração	
Objetivo	Verificar se o CRC está renovando a frota de veículos
Fórmula do Indicador Estratégico	Quantidade total de veículos adquiridos no exercício/quantidades total de veículos até o final do exercício anterior
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	0%
Meta para o ano de 2016	20%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde	
Objetivo	Verificar o nível de satisfação dos profissionais da contabilidade relacionados às condições físicas, ambientais e de saúde
Fórmula do Indicador Estratégico	% dos índices de ótimo e bom da pesquisa aplicada aos profissionais da contabilidade para avaliar o grau de satisfação em relação a: infraestrutura, localização, estacionamento, horário de funcionamento, segurança e limpeza e higiene.
Periodicidade	Semestral
Resultado do Indicador	63,94%
Meta para o ano de 2016	60,00%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Índice de adequação da frota de veículos de uso da fiscalização: A meta não foi cumprida porque possuímos 04 (quatro) fiscais, mas só possuímos 03(três) carros, disponíveis para orientar e garantir o exercício regular da profissão contábil. Considerando o bom estado de conservação dos carros e a modalidade de fiscalização eletrônica, no plano de trabalho a ser executado no exercício de 2016, não houve a previsão para aquisição de novos veículos, nem para a troca de veículos, uma vez, que são obedecidos os critérios da Resolução do CFC para esta finalidade. Diante do exposto, o Regional deu prioridade à realização de outros projetos e optou-se por se manter a mesma frota de veículos de 03 carros para 04 fiscais, tendo em vista que uma fiscal estaria de licença maternidade, reduzindo o quadro de funcionários no setor. Outrossim, para o ano de 2017 já está no Plano de Trabalho a troca dos veículos.

Índice de renovação da frota de veículos de uso da fiscalização e da administração: A meta não foi cumprida, tendo em vista que não possuíamos dotação orçamentária para tal renovação. Mas, para o

Relatório de Gestão 2016

ano de 2017 já está no Plano de Trabalho a troca dos veículos e devido a vida útil dos carros, pois já faz 05(cinco) anos de uso.

Índice de satisfação com condições físicas, ambientais e de saúde: A meta foi estipulada para 60% e conseguimos 63,94%, onde os profissionais da contabilidade avaliaram como satisfatória as condições físicas, ambientais e de saúde. O CRCPB tomou por base o questionário de avaliação respondido pelos profissionais da contabilidade com sugestões para aperfeiçoar ainda mais. O Regional o considerou satisfatório por acreditar que todos os esforços demandados pela gestão estão sendo percebidos pela classe contábil, e nos aponta que o direcionamento das diversas ações vem promovendo uma aproximação dos profissionais da contabilidade junto à sede do CRCPB. Anualmente são aplicadas pelo CFC duas pesquisas junto aos profissionais da contabilidade com registro ativo e funcionários, sendo as mesmas realizadas no primeiro e no segundo semestre de cada ano.

Quadro 14 – Objetivo estratégico: 03-Ampliar e integrar o uso de tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs

Indicador Estratégico – Índice de capacitação de usuários em tecnologia	
Objetivo	Avaliar a quantidade de horas de capacitação por colaboradores nos sistemas da informatização utilizados pelos conselhos de contabilidade
Fórmula do Indicador Estratégico	Quantidade de horas de capacitação/Quantidade de funcionários
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	0,14 horas
Meta para o ano de 2016	5 horas
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de renovação do parque de informática	
Objetivo	Avaliar o % de equipamentos trocados a cada ano
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de equipamentos adquiridos no exercício/quantidade total de equipamentos no final do exercício anterior) X 100
Periodicidade	Semestral
Resultado do Indicador	0%
Meta para o ano de 2016	30%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Índice de capacitação de usuários em tecnologia: Foi estipulada a quantidade mínima de 05 horas de capacitações no exercício de 2016 aos colaboradores do CRCPB. Realmente não atingimos a meta, tendo em vista que foram poucos os treinamentos com os funcionários ao longo do exercício perfazendo só 0,14 horas. Temos como meta investir na capacitação dos usuários em tecnologia.

Índice de renovação do parque de informática: Foi estipulada a meta de 30%, não sendo alcançada, porque a dotação orçamentária não foi suficiente para uma maior aquisição de equipamentos. Como Plano de Ação o CRCPB continuará renovando o parque de informática, para melhoria da execução

Relatório de Gestão 2016

das atividades desempenhadas pelos funcionários e maior qualidade no atendimento ao profissional da contabilidade. Considerando os fatores externos ocorridos em 2015 que inviabilizaram a compra de equipamentos, ouve uma preocupação da administração na repetição destes fatores externos no exercício de 2016.

Quadro 15 – Objetivo Estratégico: 6. Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de Registro e Fiscalização como fator de proteção da sociedade

Indicador Estratégico – Índice de realização de diligências geral	
Objetivo	Avaliar a variação % do total de diligencias realizadas em relação a quantidade total de diligências prevista para o exercício
Fórmula do Indicador Estratégico	$(\text{Quantidade total de diligências realizadas no ano} / \text{quantidade de diligencias prevista no ano}) \times 100$
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	106,56%
Meta para o ano de 2016	100%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de evolução de registros profissionais ativos	
Objetivo	Avaliar o % de crescimento dos registros profissionais ativos
Fórmula do Indicador Estratégico	$[(\text{total de profissionais da contabilidade com registro ativo no ano atual} / \text{total de profissionais da contabilidade com registro ativo ano anterior}) - 1] \times 100$
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	6,33%
Meta para o ano de 2016	3%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Indicador índice de realizações de diligências geral: A meta foi estipulada fazendo uma comparação entre o total de diligências gerais contábeis realizadas em 2015 e em 2016. Deve-se considerar que no ano de 2016 havia quatro fiscais em exercício, mas em novembro uma fiscal entrou em licença maternidade. Vale ressaltar que o total de metas estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade para o Setor de Fiscalização foi cumprido. O CRCPB continuará a desenvolver seus trabalhos de forma que a meta continue a ser atingida. Registra-se que o setor de fiscalização, mesmo diante das dificuldades enfrentadas na implantação da fiscalização eletrônica, está trabalhando com foco no planejamento estratégico do Regional, cuja dedicação e compromisso da equipe no desempenho das suas funções está sendo fundamental.

Índice de evolução de registro profissionais ativos: A meta foi cumprida tendo em vista que um número significativo de profissionais da contabilidade se registraram no CRCPB. No exercício de 2016 foram enviados e-mails, realizadas campanhas no nosso portal, bem como *facebook*, lembrando aos aprovados da importância de se registrarem e implantamos a Solenidade de Entrega de Carteiras aos Novos Profissionais. O CRCPB continuará divulgando nas universidades a necessidade de obter o registro no órgão de classe ao término do curso de contabilidade.

Relatório de Gestão 2016

Quadro 16 - Objetivo estratégico: 7. Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e procedimentos

Indicador Estratégico – Índice de satisfação com a qualidade no atendimento do CFC/CRC	
Objetivo	Medir o grau de satisfação dos CRCs em relação ao atendimento, ações desenvolvidas e instalações do CFC em prol dos Conselhos Regionais e dos CRCs em prol da classe contábil
Fórmula do Indicador Estratégico	(% dos índices de ótimo e bom da pesquisa aplicada aos CRCs)
Periodicidade	Semestral
Resultado do Indicador	67,82%
Meta para o ano de 2016	60%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Tempo médio de julgamento de processos de Registro	
Objetivo	Avaliar o % de processos julgados dentro do prazo
Fórmula do Indicador Estratégico	(Total de processos julgados dentro do prazo / total de processos julgados) X 100)
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral
Resultado do Indicador	100%
Meta para o ano de 2016	90%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Tempo médio de julgamento de processos de Fiscalização	
Objetivo	Avaliar o % de processos julgados dentro do prazo
Fórmula do Indicador Estratégico	(Total de processos julgados dentro do prazo / total de processos julgados) X 100)
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral
Resultado do Indicador	40%
Meta para o ano de 2016	70%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Índice de satisfação com a qualidade no atendimento do CFC/CRC: A meta foi cumprida diante das respostas a pesquisa, demonstrando uma amostra significativa dos profissionais. O CRCPB continuará a desenvolver trabalhos de forma que atingiremos a meta.

Tempo médio de julgamento de processos de Registro: A meta estipulada era de que 90% do total de processos do Setor de Registro fossem julgados dentro do prazo e obtivemos 100% de êxito no julgamento dos mesmos. O CRCPB continuará a desenvolver seus trabalhos de forma que a meta continue a ser atingida.

Tempo médio de julgamento de processos de Fiscalização: A meta estipulada não foi atingida pelos fiscais e corpo de conselheiros, devido a pequena quantidade de conselheiros a disposição da Câmara de Fiscalização para julgamento dos processos. Como plano de ação instigamos aos conselheiros metas e prazos para julgamento dos processos.

Relatório de Gestão 2016

Quadro 17 – Objetivo estratégico: 9. Inovar, integrar e otimizar a gestão do Sistema CFC/CRCs

Indicador Estratégico – Grau de eficiência orçamentária	
Objetivo	Avaliar o percentual de realização das despesas em relação à realização da receita
Fórmula do Indicador Estratégico	$(\text{Despesas total executada} / \text{receita total realizada}) \times 100$
Periodicidade	Anual acumulado com prévia quadrimestral acumuladas
Resultado do Indicador	91,80%
Meta para o ano de 2016	Até 95%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Grau de implementação da inovação	
Objetivo	Avaliar o percentual de ações inovadoras implementadas em relação às aprovadas
Fórmula do Indicador Estratégico	$(\text{Número de ações inovadoras implementadas} / \text{Número de ações inovadoras aprovadas no plano de trabalho}) \times 100$
Periodicidade	Anual acumulado
Resultado do Indicador	150%
Meta para o ano de 2016	90%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Grau de eficiência orçamentária: A meta estipulada foi para que as despesas realizadas atingissem no máximo 95% das receitas arrecadadas, porém a arrecadação não atingiu os valores orçados para este exercício. Porém, no decorrer do exercício de 2016houveram a permanente preocupação para se trabalhar a redução dos custos de uma forma geral, visando à execução de despesas de no máximo 91,80%, contudo, devido a fatores externos e internos, como os reajustes nacionais ocorridos em diversos serviços de grande importância ao funcionamento no Regional, como, por exemplo: energia elétrica, telecomunicações, dentre outros, redução de diárias, economicidade em emissão de passagens, enxugamento de estagiários, conseguimos atingir a meta, fatos estes que contribuíram na organização das despesas.

Grau de implementação da inovação: A meta estipulada foi cumprida em 150%, devido a ações inovadoras aprovadas no plano de trabalho, tais como: Bem Estar Contábil, Outubro Rosa, Novembro Azul, Doação de Sangue, implantação de transmissão das plenárias, Sábados do Saber, ações que vieram despertar no profissional da contabilidade mais cuidado com a saúde. Em parceria com o SESCONPB realizou a terceira edição do Projeto Declare Certo, no qual esclarece dúvidas da população quanto ao preenchimento da Declaração de Imposto de Renda.Reestruturação da Comissão Jovens Lideranças Contábeis, onde cada faculdade tem o representante estudantil, dentro do CRCPB, e efetivamos o apoio a eventos a classe estudantil.

Relatório de Gestão 2016

Quadro 18 – Objetivo estratégico: 10. Firmar parcerias estratégicas

Indicador Estratégico – Percentual de parcerias e patrocínios firmados	
Objetivo	Avaliar a variação percentual das parcerias firmadas durante o ano entre o CFC/CRC e outras entidades/organizações.
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de parcerias firmadas / quantidade de parcerias previstas) x 100
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral
Resultado do Indicador	120%
Meta para o ano de 2016	80%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica:

Percentual de parcerias e patrocínios firmados: A meta estipulada foi de firmar 80% parcerias, convênios e/ou patrocínios durante o exercício de 2016 e que deste total, conseguíssemos atingir 120%. Realizamos parcerias com Faculdades com finalidade de descontos aos que desejam ingressar no curso de ciências contábeis, planos de saúde em prol da classe contábil, vários convênios com cursos de especializações e mestrados, todos mencionados no nosso site, sob o endereço: <http://crcpb.org.br/convenios/>. No próximo exercício, o CRCPB continuará com ações de divulgação do Sistema CFC/CRCs junto à sociedade para atrair novas parcerias, convênios e/ou patrocínios, aumentando os já existentes, oferecendo assim, mais benefícios aos seus profissionais. E foi executado um trabalho institucional de renovação dessas parcerias para atender a finalidade do Sistema CFC/CRCPB, seguindo o Pronunciamento nº 18/2016 do CFC.

Quadro 19 – Objetivo estratégico: 11. Fortalecer a participação sócio-político-institucional junto às instituições públicas, privadas, sociedade civil e entidades representativas da classe contábil

Indicador Estratégico – Relacionamento sócio-político-institucional	
Objetivo	Avaliar o número de autoridades públicas que visitaram ou participaram dos eventos do Sistema CFC/CRCs.
Fórmula do Indicador Estratégico	Número de autoridades públicas que visitaram ou participaram de eventos do Sistema CFC/CRCs
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral acumulada
Resultado do Indicador	14 autoridades
Meta para o ano de 2016	40 autoridades
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Participação Institucional (convite) em eventos de outras entidades	
Objetivo	Avaliar a participação dos CRCs e do CFC em eventos de outras entidades.
Fórmula do Indicador Estratégico	Quantidade de participações institucionais dos CRCs e do CFC em eventos de outras entidades (com convite formal)
Periodicidade	Anual acumulado com prévia quadrimestral
Resultado do Indicador	9 participações
Meta para o ano de 2016	30 participações
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Posicionamento do CFC e CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade	
Objetivo	Avaliar o número de destaques dados a posicionamentos do CFC e

Relatório de Gestão 2016

	dos CRCs na mídia.
Fórmula do Indicador Estratégico	Número de posicionamentos destacados
Periodicidade	Anual acumulado com previa quadrimestral
Resultado do Indicador	1
Meta para o ano de 2016	10
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica:

Relacionamento sócio-político-institucional: Buscando um maior relacionamento com a classe política em prol dos profissionais contábeis, o CRCPB estimou a participação de 40(quarenta) autoridades públicas para visitarem ou participarem de eventos promovidos durante o ano de 2016. Contamos com a participação de 14 (quatorze) autoridades no exercício de 2016, perfazendo um total de 35% da meta estipulada, devido a inúmeras ações que o Brasil atravessou muitos políticos estavam envolvidos no impeachment da presidência da República. O CRCPB intensificará para o ano e 2017 esse relacionamento em prol da representatividade da classe contábil.

Participação Institucional (convite) em eventos de outras entidades: O CRCPB atingiu parcialmente a meta, a presidência e demais conselheiros em participações nos eventos de outras entidades, mesmo assim não foi o suficiente para atingir a meta, portanto no ano de 2017, instigará mais o estreitamento dos laços contábeis entre os órgãos.

Posicionamento do CFC e CRCs sobre temas relevantes de interesse da classe contábil e da sociedade : O CRCPB não atingiu a meta, como plano de ação, iremos estimular mais a Educação Continuada com temas relevantes e de suma importância a classe contábil.

Quadro 20 – Objetivo estratégico: 13. Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada

Indicador Estratégico – Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada	
Objetivo	Avaliar o percentual de profissionais da contabilidade que participaram do programa de educação continuada
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de profissionais da contabilidade que participaram de capacitações promovidas pelo Sistema CFC/CRCs/Total de profissionais da contabilidade ativos) X 100
Periodicidade	Anual acumulado com prévia semestral
Resultado do Indicador	26,79%
Meta para o ano de 2016	30%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Investimentos em Desenvolvimento Profissional – PER CAPITA	
Objetivo	Avaliar o valor investido no programa de educação continuada por profissional da contabilidade
Fórmula do Indicador Estratégico	Volume de recursos investidos pelo CFC e CRCs em desenvolvimento profissional/Total de profissionais da contabilidade com registro ativos e regulares que participaram dos eventos

Relatório de Gestão 2016

Periodicidade	Anual acumulado com previa semestral acumulada
Resultado do Indicador	R\$ 58,25 reais
Meta para o ano de 2016	R\$ 30,00 reais
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.	
Objetivo	Avaliar o índice de satisfação dos eventos (cursos, seminários, congressos, encontros, etc.) promovidos pelo CFC e pelos CRCs.
Fórmula do Indicador Estratégico	(Total de avaliações ótimo e bom / Total das avaliações da pesquisa aplicada aos participantes de eventos para avaliar o grau de satisfação com relação à organização e programação) X 100
Periodicidade	Anual Acumulado
Resultado do Indicador	85,91%
Meta para o ano de 2016	70,00%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação – Educação Continuada : O programa de Educação Continuada do CRCPB estipulou a meta de 30% em eventos de capacitação para os seus profissionais durante o exercício de 2016 de forma que atingisse pelo menos a quantidade de 50% dos seus profissionais ativos. Considerando o total de 6414 (seis mil, quatrocentos e quatorze) profissionais ativos no mês de dezembro, foram capacitados 1718 (um mil, setecentos e dezoito) contadores, o que levou a atingirmos a meta de 26,79%. Intensificaremos a divulgação dos eventos para os contadores, bem como ir em loco nos escritórios contábeis realizando um maior chamamento aos eventos promovidos por esta entidade.

Investimentos em Desenvolvimento Profissional – PER CAPITA : No exercício foram investidos recursos para realização de inúmeros eventos, inclusive alguns que não estavam previstos no Plano de Trabalho totalizando um valor de investimento maior por profissional, tais como a implementação do Projeto Sábado do Saber e o I Contabilidade em Foco, evento este organizado pela comissão jovem. O investimento se deu alto em virtude de gastos com palestrantes, devido ao nosso quadro estadual reduzido de palestrantes, e o público esperado não foi o atingido. Em 2017 pretendemos inovar com maiores divulgações e novos temas de grande relevância a classe contábil.

Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc. : Foram respondidas 6500 (seis mil e quinhentas) avaliações, e deste total, 5584 (cinco mil quinhentos e oitenta e quatro) avaliações consideraram os cursos, seminários, congressos, encontros, etc, promovidos como ótimo e bom, atingindo a meta de 85,91%. O CRCPB pretende continuar promovendo em 2017 ações que promovam a educação continuada de seus profissionais, como a continuidade do Projeto “Quintas do Conhecimento” e continuidade dos Sábados do Saber.

Relatório de Gestão 2016

Quadro 21 – Objetivo estratégico: 14. Atuar como fator de proteção da sociedade

Indicador Estratégico – Ética na Profissão	
Objetivo	Avaliar o % de processos julgados (do exercício corrente) em relação ao número de processos ético-disciplinares e de fiscalização abertos (no exercício corrente)
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de processos julgados do exercício corrente/ Quantidade de processos abertos em 2014) X 100
Periodicidade	Anual acumulado com previa semestral acumulada
Resultado do Indicador	69,78%
Meta para o ano de 2016	60%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Índice de Controle Social	
Objetivo	Avaliar o % de profissionais registrados participando em programa de voluntariado
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de profissionais da contabilidade ativos e regulares participando de programas de voluntariado/Quantidade de profissionais da contabilidade ativos e regulares) X 100
Periodicidade	Anual acumulado com previa semestral acumulada
Resultado do Indicador	1%
Meta para o ano de 2016	1%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Ética na Profissão: O percentual de processos julgados superou ao do exercício anterior chegando em 69,78%. O CRCPB continuará seu trabalho de fiscalização preventiva levando orientações aos profissionais contábeis principalmente aos que nunca foram fiscalizados, aos recém-formados e estudantes para que nos próximos exercícios diminuam as quantidades de infrações praticadas.

Índice de Controle Social : A meta foi atingida, o CRCPB deverá investir nos profissionais da contabilidade para que participem do PVCC (Programa do Voluntariado da Classe Contábil) que visa sensibilizar os contabilistas sobre a importância das ações de voluntariado para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A classe contábil disponibilizará seus conhecimentos em ações sociais de voluntariado organizado, registrando, mensurando e avaliando os resultados das atividades voluntárias empreendidas pelos profissionais da Contabilidade.

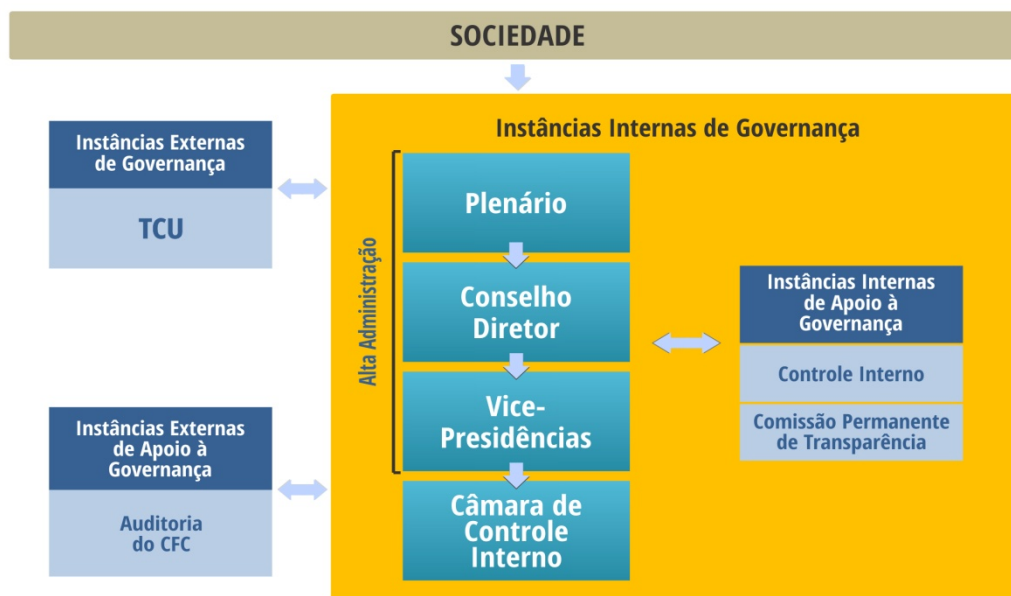
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de governança

Governança corporativa é o sistema por meio do qual se exerce e se monitora o controle nas entidades. É o sistema pelo qual, as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas. No CRCPB o sistema de governança apresenta a seguinte estrutura:

Relatório de Gestão 2016

Figura 04– Sistema de Governança



Fonte: CRCPB

Plenário

O plenário é o órgão máximo de orientação, controle e disciplinamento normativo do CRCPB, se constitui de todos os conselheiros, dando-lhes posse; aprovar o plano de trabalho, orçamento, bem como operações de crédito e baixa de bens móveis, julgar os balancetes mensais de receita e despesa e os balanços do exercício após parecer da Câmara de Controle Interno, deliberar sobre as decisões das Câmaras, funciona como Tribunal de Regional de Ética e Disciplina (TRED-PB).

Conselho Diretor

É responsável pelo acompanhamento da execução dos trabalhos técnicos e administrativos do CRCPB, por apreciar seu desempenho e formular sugestões para o bom andamento da gestão, integrado pelo Presidente, Vice-Presidente de Administração e Finanças, Vice-Presidente de Controle Interno, Vice-Presidente de Registro, Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Eventos, Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina e Vice-Presidente Técnica e de Relacionamento Institucional, eleitos pelo Plenário e empossados **no dia 04 de janeiro de 2016, com mandato até 31 de dezembro de 2017, conforme registrado na Ata da 606ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.**

Câmara de Controle Interno

Relatório de Gestão 2016

De acordo com o Regimento Interno do CRCPB – aprovado pela Resolução CRCPB nº. 364/16 a Câmara de Controle Interno é composta pelo Vice Presidente, coordenador e membros efetivos e suplentes com a finalidade de assessorar e dar suporte técnico as reuniões da Câmara de Controle Interno.

Composição da Câmara de Controle Interno

Contador João Batista Nunes – Vice-Presidente

Período: 04/01/2016 a 31/12/2017

Membros Efetivos

Contadora Clair Leitão Martins Diniz - Coordenador

Período: 04/01/2016 a 31/12/2017

Contadora Vilma Pereira de Souza Silva

Período: 04/01/2016 a 31/12/2017

Membros Suplentes

Contador Marcelo Pinheiro de Lucena Filho

Período: 04/01/2016 a 31/12/2017

Contador Gilmar Martins de Carvalho Santiago

Período: 04/01/2016 a 31/12/2017

Téc. Contabilidade Ricardo Batista de Macena

Período: 04/01/2016 a 31/12/2017

3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

O Conselho Diretor na gestão de 2016 foi composto pelo presidente e por sete vice-presidentes, eleitos e empossados no dia 04/01/2016, com mandato até 31/12/2017, conforme registrado em Ata da 606ª Reunião Plenária do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba. A gestão do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade é de responsabilidade de seus Conselheiros. Os Conselheiros são profissionais de contabilidade eleitos por voto direto, secreto, pessoal e obrigatório dos contabilistas brasileiros, que prestam serviços nestas entidades de forma voluntária e honorificamente, isto é, sem receber nenhuma remuneração para tal.

O mandato dos Conselheiros Efetivos e de seus respectivos suplentes é de quatro anos, renovando-se sua composição de dois em dois anos, alternadamente, por um terço e por dois terços.

Contador GARIBALDI DANTAS FILHO

Presidente (**Ordenador de Despesas**)

Contadora VILMA PEREIRA DE SOUZA SILVA

Vice-Presidente Administrativo (**Ordenador de Despesas Substituto**)

Contador JOSÉ CLEOMAR DE SOUSA

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador GLAYDSON TRAJANO FARIAS

Vice-Presidente de Registro

Contador JOÃO BATISTA NUNES

Relatório de Gestão 2016

Vice-Presidente de Controle Interno
Contador TARCISO MARTINS DE OLIVEIRA
Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional
Contadora CLAIR LEITÃO MARTINS DINIZ
Vice-Presidente Técnica

3.3. Atuação da unidade de auditoria interna

O CRCPB não possui auditoria interna e este controle é feito pelo CFC através de uma Auditoria Interna do CFC, a qual auditará e emitirá os relatórios circunstanciados, referente à gestão de 2016. Outrossim, receberemos a emissão dos certificados as Auditoria pelo CFC, conforme Resolução CFC 1370/2011 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O Conselho Regional de Contabilidade adota as recomendações emanadas pela Auditoria Interna do CFC, além dos pronunciamentos emitidos pela Câmara de Controle Interno do CFC. O CRCPB no ano de 2016, não obteve nenhuma ocorrência de fatos que gerassem danos ao erário, e nenhum ilícito cometido por colaboradores que levassem a condução de processos administrativos.

3.5. Gestão de riscos e controles internos

O CRCPB adota a gestão de riscos e de controles internos mediante a rotina da Câmara de Controle Interno, considerada capaz de identificar possíveis falhas nos diversos processos e atividades que proporciona uma segurança vigiada a gestão. Considerando a disponibilidade orçamentária o Regional realiza parte das provisões relacionadas aos processos judiciais de que é parte, sendo a definição dessas provisões de se a perda é provável ou não indicada pelo advogado.

O Conselho procura sempre obediências às leis e regulamento que regem; demonstrando ações de controle e tratamento que devem ser tomadas face aos agentes de riscos que são: Identificar, Detectar, Bloquear, Responder e Recuperar. Dentre as ações, evidenciando: quais os riscos então em ação; quais as passíveis ações de riscos; quais as medidas necessárias para impedir que a ação risco possa aumentar; quais as medidas necessárias para extinção das ações de riscos; quais as medidas devem ser tomadas para reverter dando ocasionados pela ação de risco. Objetivando assim garantir a segurança e salvaguarda dos recursos.

3.6. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

Os serviços prestados pelos conselheiros e membros do Sistema CFC/CRCs têm caráter voluntário e gratuito, conforme art. 9º da Resolução CFC nº 1.370/2011, que dispõe sobre o

Relatório de Gestão 2016

Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. Baseado no Decreto Lei nº 1040/1969, em seu artigo:

“ Art. 1º O Conselho Federal de Contabilidade - CFC será constituído por 1 (um) representante efetivo de cada Conselho Regional de Contabilidade - CRC, e respectivo suplente, eleitos para mandatos de 4 (quatro) anos, com renovação a cada biênio, alternadamente, por 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços). (Redação dada pela Lei nº 11.160, de 2005).

§ 1º Os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão compostos por contadores e, no mínimo, por um representante dos técnicos em contabilidade, que será eleito no pleito para a renovação de 2/3 (dois terços) do Plenário. (Redação dada pela Lei nº 12.932, de 2013)”

E alterações posteriores, Resolução CFC nº 1480/2015.

3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Esclarecemos que no exercício de 2016 não houve a contratação de empresa de auditoria, tendo em vista que a equipe de auditoria interna do Conselho Federal de Contabilidade auditará e emitirá os relatórios circunstanciados e a Câmara de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade será a responsável pela emissão dos certificados de auditoria, consoante Resolução nº 1370/2011, que dispõe sobre o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Gestão de pessoas

4.1.1. Estrutura de pessoal

a) Composição da força de trabalho

Em dezembro de 2016, o CRCPB contava com 21 colaboradores, sendo 20 funcionários efetivos, 01 funcionário em cargo de comissão, 02 estagiárias e uma prestadora de serviços terceirizada nos serviços de limpeza e conservação.

No exercício de 2016, houve saída (demissão a pedido) de uma contadora, ficando as atividades do Setor de Contabilidade sob a responsabilidade da Contadora, Chefe do Setor, o que poderá ocorrer em sobrecarga de atividade.

Quadro 22 – Força de Trabalho– Situação apurada em 31/12/16

Tipologias dos Cargos	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
1. Funcionários em Cargos Efetivos		20		1
2. Cargos em Comissão		1		
3. Total de Funcionários (1+2)		21		1

Fonte: Tesouraria

Relatório de Gestão 2016

Quadro 23 – Distribuição de Lotação Efetiva em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Funcionários efetivos	13	7
2. Funcionários sem vínculo	1	
3. Total de Funcionários (1+2)	14	7

Fonte: Tesouraria

Os Planos de Cargos, Carreiras e Salários do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba estão suspensos conforme Resolução CRCPB nº 356/2014, para fazer esse item foi utilizado o critério para área fim as atividades principais do Regional e as correlatas, e para área meio as atividades que dão suporte às atividades fins. Foram considerados como área fim os seguintes setores: Fiscalização, Registro e Desenvolvimento Profissional, Os demais funcionários estavam distribuídos nas áreas que dão suporte técnico-administrativo à realização das atividades-fim, ou seja, nas áreas meio do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba.

Quadro 24 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas em 31/12/2016

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	0	0	0
1.1. Funcionários efetivos	0	0	0	0
1.2. Funcionários sem vínculo	0	1	0	0
2. Funções Gratificadas				
2.1. Funcionários efetivos	0	9	0	0
3. Total de Funcionários em Cargo/Função(1 +2)	0	10	0	0

Fonte: Tesouraria

b) Distribuição da força de trabalho

Quadro 25 – Distribuição da força de trabalho por área técnica

ÁREA	QUANTIDADE	
	Funcionários Efetivos	Funcionários sem vínculo
Vice-Presidência de Administração e Finanças	07	01
Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina	04	
Vice-Presidência de Registro	02	
Vice-Presidência de Controle Interno	05	
Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional e Eventos	01	
Direção	01	

Fonte: Tesouraria

c) Processo de Ingresso de Funcionários - O CRCPB não realizou a contratação de nenhum funcionário ou comissionado no ano de 2016.

f) Qualificação da Força de Trabalho - Nesse item será qualificada a força de trabalho de acordo com a faixa etária. No CRCPB, 60% dos funcionários possuem mais de cinco anos de trabalho.

Relatório de Gestão 2016

Esse resultado é reflexo das ações promovidas pelo Conselho para incentivar a sua permanência no órgão.

Quadro 26 – Quantidade de Funcionários por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de Funcionários por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Funcionários Efetivos	1	8	5	6	0
2. Funcionários sem vínculo	0	0	1	0	0
3. Totais (1+2)	1	8	6	6	0

Fonte: Tesouraria

Dos funcionários efetivos, são 11 (onze) mulheres e 10 (dez) homens, mantendo-se um equilíbrio quanto à equidade de gênero. Os cargos de liderança estão distribuídos da seguinte forma: 45% mulheres e 40% homens. Em 2016, 68% dos funcionários possuíam curso superior completo e 36% pós-graduação *lato e stricto sensu*. O aumento do nível de escolaridade mantém a força de trabalho qualificada e apta para melhor desenvolver suas atividades.

Quadro 27 – Quantidade de Funcionários por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12/2016

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Funcionários em Cargos Efetivos	0	0	0	0	6	5	9	0	0
2. Cargos em Comissão	0	0	0	0	0	0	1	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	6	5	10	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto;
 2 - Alfabetizado sem cursos regulares;
 3 - Primeiro grau incompleto;
 4 - Primeiro grau;
 5 - Segundo grau ou técnico;
 6 - Superior;
 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;
 8 - Mestrado;
 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência.

Fonte: Tesouraria

Quadro 28 – Quantidade de Funcionários por tempo para aposentadoria – Situação apurada em 31/12/2016.

Tipologias do Cargo	Quantidade de Funcionários por Faixa Etária			
	Até 05 anos	De 05 a 10 anos	De 10 a 15 anos	+ 15 anos
1. Funcionários em Cargos Efetivos	3	2	2	13
2. Cargos em Comissão	0	0		1
3. Totais (1+2)	3	2	2	14

Fonte: Tesouraria

Relatório de Gestão 2016

A elaboração do quadro referente ao tempo para aposentadoria teve como base apenas o tempo de contribuição que o funcionário tem com este Conselho. E devido à pequena quantidade de funcionários a aposentadoria de alguns incorreria prejuízo ao desenvolvimento de alguns setores.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 29- Despesas com Pessoal

Tipologia/Exercícios		Salários e Gratificações	Férias e 13º Salário	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Total
Funcionários Efetivos								
Exercícios	2015	923.831,14	195.466,40	4.588,89	518.004,10	0,00	0,00	1.641.890,53
	2016	879.922,02	192.422,34	0,00	525.763,78	0,00		1.598.108,14
Funcionários sem vínculo								
Exercícios	2015							
	2014							

LEGENDA:

Salários e Gratificações :

Salário / Salário de Cargo em Comissão / Adicional de Insalubridade / Adicional de Periculosidade / Adicional de Tempo de Serviço / Adicional Noturno / Aviso Prévio Cumprido (Trabalhado) / Gratificação de Função (não eventual).

Férias e 13º Salário:

13º Salário / Férias / Adicional de Férias 1/3 (Art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal).

Indenizações:

Aviso Prévio Indenizado / Férias Indenizadas / 13º Indenizado / Multa Rescisória / Decisões Judiciais / Indenizações por tempo de serviço como não-optante - Outras Indenizações Trabalhistas.

Benefícios assistenciais e previdenciários:

Assistência Médica / Auxílio Creche / Alimentação / Transporte / Outras Assistências.

Demais despesas variáveis:

Abono Pecuniário (opcional) / Ajuda de Custo / Horas Extraordinárias / Substituição / Gratificação de Função (eventual) / Outras Vantagens pagas a Pessoal.

Despesas de Exercícios Anteriores:

Valores pagos no exercício subsequente àquele que deveria ter sido desembolsado em relação aos valores relativos à pessoal.

Fonte: Contabilidade

A política a de gestão de pessoas do CRCPB fundamenta-se no desenvolvimento profissional, na concessão de benefícios praticados no mercado, na qualidade de vida e no compromisso com a inclusão social. O CRCPB acredita que a atuação e os resultados de uma instituição dependem da forma como as pessoas estão organizadas e capacitadas, além de potencializarem suas experiências nas equipes de trabalho, com o registro e o compartilhamento de

Relatório de Gestão 2016

informações dentro da entidade. No ano de 2016, o CRCPB ofereceu os seguintes benefícios aos seus funcionários:

- **Salários e Gratificações:** O reajuste salarial foi concedido em junho de 2016, no percentual de 2% (dois por cento). Em virtude da Resolução CRCPB nº 356/2014, a partir de janeiro de 2015 foi suspensa a concessão da Gratificação por Tempo de Serviço, a título de anuênio, no percentual de 1% (um por cento) a cada ano. É concedida a Gratificação por exercício de cargos a Diretoria Executiva, a Assessoria da Presidência e aos Chefes dos Setores de Cobrança, Tesouraria, Fiscalização, Patrimônio/Eventos, TI, Registro;
- **Férias e Gratificação Natalina (13º salário):** A cada período de 12(doze) meses trabalhado são concedidas as Férias dos funcionários e em 2016 totalizou R\$ 192.422,34 (cento e noventa e dois mil e quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e quatro centavos). A Gratificação Natalina dos funcionários do CRCPB foi concedida de acordo com a legislação em vigor, perfazendo um montante de R\$ 80.453,98 (Oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e três mil e noventa e oito centavos);
- **Plano de Saúde:** É custeado pelo CRCPB 50% (cinquenta por cento) do valor do plano de cada funcionário, sendo descontado na folha de cada funcionário os outros 50% (cinquenta por cento) do seu plano e a totalidade do plano dos seus dependentes;
- **Auxílio Alimentação:** É concedido mensalmente por dia R\$ 21,00 (vinte e um reais) de vales alimentação em valores e condições a ser regulamentado pela Presidência com aprovação do Plenário, perfazendo o valor mensal de R\$ 462,00 (quatrocentos e sessenta e dois reais) sendo descontado um percentual de 1% sobre o valor recebido;
- **Vale Transporte:** É concedido de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras de cada funcionário, sendo descontado até 2% do salário base;
- **Plano Odontológico:** A participação do funcionário é 100%, não havendo nenhuma despesa para o CRCPB;

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O CRCPB não possui em sua estrutura organizacional um departamento de gestão de Pessoas, desta forma, ficam comprometidas quaisquer avaliações quanto à gestão de riscos relacionados ao pessoal. Além do mais contamos com uma funcionária fiscal em licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, o que afeta o desenvolvimento dos serviços do setor de fiscalização.

Relatório de Gestão 2016

4.1.4. Contratação de mão de obra temporária

Em 2016, o Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba possui 03 (três) contratos de terceirização de mão de obra. Trata-se de prestação de serviço de limpeza, firmado com a empresa Alvo Terceirização para fornecimento de uma auxiliar de serviços gerais, firmado o valor mensal de R\$ 1.820,0 (Hum mil e oitocentos e vinte reais), renovamos com a Empresa FPS Prestadora de Serviços, para o monitoramento de segurança eletrônica, pagando o valor mensal de R\$ 400,90(quatrocentos reais e noventa centavos) e um agente tático para toda quinta feira, devido ao Projeto Quintas do Conhecimento, no valor de R\$ 263,75 (duzentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos), perfazendo um total de R\$ 400,90(quatrocentos reais e noventa centavos) mês e contratamos a Empresa ENPEL para a vigilância eletrônica Subsede em Campina Grande-PB, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

Quadro 30 – Contrato de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Nome: Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba															
CNPJ: 09.249.137/0001-59															
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Áreas	Natureza	Identificação de Contrato	Empresa Contratada CNPJ	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2016	L	O	Alvo Terceirização	22.698.394/0001-36	01/07/2016	31/12/2016	1	1							E
2016	V	O	FPS Prestadora de Serviços Ltda	10.548.749/0001-21	01/12/2015	31/12/2016			1	1					P
2016	V	O	Enpel Vigilância Eletrônica	04.252.799/0002-64	28/01/2016	31/12/2016			1	1					P
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; Ensino Superior; (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente contratada.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

Fonte: Departamento de Patrimônio.

4.1.5 Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

No Plano de Trabalho do CRCPB existem projetos como atrair e reter talentos, no que se refere aos treinamentos a empregados, que visam fortalecer o conhecimento técnico de conselheiros, conforme abaixo:

Relatório de Gestão 2016

Quadro 31 - Objetivo estratégico: 04. Atrair e reter talentos

Indicador Estratégico – Grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo CRC em prol do corpo funcional	
Objetivo	Medir o grau de satisfação dos funcionários com relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo Conselho em prol do corpo funcional
Fórmula do Indicador Estratégico	(% dos índices ótimo e bom da pesquisa para medir grau de satisfação e insatisfação dos funcionários)
Resultado do Indicador	34,14%
Periodicidade	Semestral
Meta para o ano de 2016	45%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Percentual de benefícios	
Objetivo	Avaliar o % gasto com benefícios de (pessoal e assistencial) em relação ao total da folha de pagamento
Fórmula do Indicador Estratégico	((Valor gasto com benefícios para funcionários / valor da folha de pagamento) x 100)
Periodicidade	Anual
Resultado do indicador	13,32%
Meta para o ano de 2016	Até 10%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016
Indicador Estratégico – Taxa de desligamento	
Objetivo	Avaliar o % da taxa de desligamento do quadro de funcionários
Fórmula do Indicador Estratégico	(Quantidade de funcionários que se desligaram do quadro funcional no período / total de funcionários ativos no final do período anterior) X 100
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	4,55%
Meta para o ano de 2016	5%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica: Indicador grau de satisfação de funcionários em relação à infraestrutura e ações desenvolvidas pelo CFC em prol do corpo funcional: Foi estipulada a meta, a qual 50% do corpo funcional avaliassem como satisfatória as ações desenvolvidas pelo CRCPB. A meta foi parcialmente atingida, ou seja, acreditamos que alguns fatores internos, como: relacionamentos interpessoais entre funcionários, problemas de manutenção com equipamentos como ar-condicionado e computadores, algumas mudanças administrativas necessárias ao bom funcionamento do Regional, podem ter influenciado negativamente em alguns empregados, no entanto, para reverter este resultado, pretende-se realizar em 2017 várias ações e melhorias com foco no corpo funcional e na infraestrutura.

Indicador percentual de benefícios: Foi estipulada uma meta de 11% do valor da folha de pagamento para gastos com benefícios em prol do corpo funcional, porém atingimos um percentual de 13,32% ocasionando uma economia para o CRCPB, devido à anulação do Plano de Cargos e Carreiras, congelando todos os benefícios ao corpo funcional, bem como foi concedido um reajuste de 2% aos

Relatório de Gestão 2016

funcionários após seis meses. Instigar a Gestão a formular um novo Plano de Cargos e carreiras adequados a nossa realidade financeira.

Indicador taxa de desligamento: A meta foi cumprida, pois a taxa de desligamento foi aplicada no ano de 2016, uma funcionária contadora solicitou demissão, por ter ingressado em outro concurso.

Quadro 32– Objetivo estratégico: 05. Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do Sistema CFC/CRCs

Indicador Estratégico – Percentual de treinamentos realizados para os funcionários visando atender as competências definidas	
Objetivo	Avaliar o % de realização do plano anual de treinamento
Fórmula do Indicador Estratégico	((Número de treinamentos realizados / total de treinamentos previstos no plano anual) X 100)
Periodicidade	Anual
Resultado do Indicador	200%
Meta para o ano de 2016	60%
Data da última medição	31 de dezembro de 2016

Fonte: Sistema de Gestão por Indicadores

Análise crítica:

Percentual de treinamentos realizados para os funcionários visando atender as competências definidas – A meta foi atingida, o CRCPB deve estimular mais o corpo funcional, realizando treinamentos, reciclagem e motivação para os colaboradores. Mediante o Sistema de Indicadores foi aprovado em reuniões que os Conselheiros realizassem um maior número de treinamentos possíveis, com finalidade de aprimorar o desempenho nas ações do CRCPB.

4.2 Gestão da tecnologia da informação

Os recursos da tecnologia de informação disponibilizados pelo CRCPB são destinados exclusivamente às atividades da instituição.

Considerando a necessidade de implantação da Gestão de Tecnologia da Informação, alinhada com o planejamento estratégico do Sistema CFC/CRCs, em 2017 será criado o Comitê Gestor de TI para levantamento, diagnóstico modernização do TI do CRCPB. Com base no trabalho da Comissão, será elaborado o Plano Diretor de TI em 2017/2018.

O Setor de Informática do CRCPB é composto por 1(um) Colaborador e 02 (dois) prestadores de serviços, que tem entre suas principais atribuições:

- Gestão da TI
- Acompanhamento e manutenção do sistema administrativo interno da sede e sub-sede do Regional;
- Manutenção das estações de trabalho;
- Acompanhar e solicita serviços de terceiros na manutenção do site do CRCPB;
- Executa a atualização do site, envio de newsletter

Relatório de Gestão 2016

- Executar processos de diagnóstico técnico e sugestão de novas estruturas e rotinas na área de tecnologia da informação;
- Elaborar políticas de armazenamento e recuperação dos sistemas que se utilizam de SGBD;
- Analisar o impacto de implantação de softwares sob a infra-estrutura do Regional, quando solicitado
- Acompanhar o uso adequado das tecnologias da informação, junto aos setores internos;
- Realizar análise de problemas de software, apontando procedimentos de manutenção preventiva e/ou corretiva;
- Elaborar relatórios técnicos e de desempenho relativos à gestão da TI no Regional quando solicitado;
- Avaliar o desempenho e a qualidade de fornecedores e prestadores de serviços terceirizados, quando couber;
- Acompanhar processos de manutenção nos sistemas e demais equipamentos em garantia;
- Orientar aos usuários sobre o uso de sistemas;
- Validação a operacionalidade e a integridade de dados dos sistemas;
- Fornecer suporte de informações junto à presidência, diretoria e setores internos, dentro da área de atuação;
- Realização de suporte externo a serviço do CRCPB em eventos e palestras;
- Executar a Transmissão ao vivo de plenárias e eventos
- Responsável pelo sistema de som do plenário e auditório do CRCPB
- Backups Diários, Semanais, Internos e Externos.
- Gerenciamento dos Sistemas de Eventos e Pagamentos do CFC
- Atualização e acompanhamento diário do sistema financeiro do CRCPB
- Inclusão e exclusão de débitos no sistema financeiro
- Help-desk usuários internos e externos
- Gerenciamento contas do E-mail CRCPB
- Gerenciamento Domínio crcpb.org.br
- Emissão de Relatórios Diversos aos setores quando solicitado
- Gerenciamento da infra (dados e voz)

4.2.1 Principais sistemas de informação

Os principais sistemas de informação utilizados pelo CRCPB são:

Relatório de Gestão 2016

Quadro 33 -Principais Sistemas Computacionais em uso

Sistema	Objetivo	Criticidade
Sistema de Registro	Registro e manutenção do cadastro do profissional – pessoa física e jurídica.	Alta
Sistema de Protocolo	Registrar a entrada e saída de documentos do CRCPB.	Alta
Sistema Financeiro	Controle financeiro dos registros dos cadastros de Profissionais, Organizações Contábeis/Empresários, Pessoa Física e Pessoa Jurídica	Alta
Sistema de Fiscalização	Controle de Fiscalização e Processos, lançamento de visitas, lançamento das notificações, lançamento de autos de infração emitidos, relatórios dessas informações, andamento dos processos, acompanhamento das fases processuais, geração das deliberações de tramitação nas câmaras de fiscalização, ética, TRED e Plenário.	Alta
Sistema de Dívida Ativa	Sistema de inscrição/controle de débitos inscritos em dívida ativa após esgotadas as exigências de prazos e cobranças administrativas	Alta
Sistema de Contabilidade	Sistema de controle de bens, direitos e obrigações do Conselho, demonstração resumida do patrimônio e geração de relatórios contábeis.	Alta
Sistema de Ordem de Pagamento	Controle dos pagamentos efetuados e a efetuar dos fornecedores do CRCPB, geração de relatório para escrituração da contabilidade, emissão de relatórios para controles de pagamentos de fornecedores e controle de contratos e serviços.	Alta
Sistema de Bens Patrimoniais	Controle dos bens móveis e imóveis, emissão de relatórios de depreciação, exaustão e amortização dos bens patrimoniais, controle individual dos bens patrimoniais.	Média
Sistema de Controle de Estoque	Controlar os insumos, cadastrar as notas de entrada e registrar as saídas de estoque.	Média
Sistema de Eventos/Financeiro	Gerenciar os eventos do CRCPB	Média
Sistema de Plano de Trabalho	Controle do Plano de Trabalho do exercício	Alta
Sistema de Indicadores	Acompanhar metas de projetos através da utilização de indicadores.	Alta
Sistema de Diárias e Passagens	Controlar as diárias e passagens pagas pelo CRCPB em viagens.	Alta
Sistema de Processo Eletrônico – SPER	Controle de andamento das solicitações de registro e baixas.	Alta
Sistema de Fiscalização Eletrônica	Permitir que os profissionais contábeis enviem documentos solicitados pelo Departamento de Fiscalização, fazendo com que certas visitas presenciais sejam desnecessárias.	Alta
Sistema de Consulta – WEB	Consulta cadastral de Profissionais, Organizações Contábeis/Empresários	Alta

Relatório de Gestão 2016

Sistema Decore – WEB	Emissão e controle de Decore emitidas e liberação de novo lote para emissão.	Alta
Folha de Pagamento	Gestão de Departamento de Pessoal	Alta
Sistema de Ponto	Registrar as marcações de horários de entrada e saída, dos funcionários, no relógio do ponto eletrônico, realizar o controle da jornada de trabalho dos funcionários e, ainda, apurar as horas-extras e faltas.	Alta
Portal da Transparência	Realizar prestação de contas da instituição em modo público, fortalecendo assim a transparência e o controle social das atividades deste Regional.	Alta
wordpress.org MailPoet	Ferramenta de Gerenciamento de Site do CRCPB campanhas de e-mail marketing	Média

Fonte: Setor da TICRCPB

A TI do CRCPB entende que o sistema de segurança adotado pelo setor somente atingirá sua eficácia com o comprometimento e a cooperação de TODOS os profissionais envolvidos nos processos: Setor de informática, Chefes de Setores diversos e demais e Usuários.

Modelos de Segurança

- FIREWALL / IDS
- ANTIVÍRUS / SPYWARE
- ANTISPAM

Diretivas de Segurança Interna

- Controle de Senhas:
- Definição dos direitos de acesso:
- Determinar quais programas e pastas poderá ser acessado;
- Usuário não pode ter direitos de Administrador (salvo particularidades);
- Controle de Acesso à Web:
- Restringir Acesso a Sites
- Bloqueio de extensões de Arquivos (envio e recebimento);
- Limite do tamanho de mensagens (envio e recebimento).

Backups de Dados

Compete ao Setor de informática criar e manter cópias de segurança (backups) dos dados de softwares, banco de dados, documentos, armazenados nos servidores de redes; Os usuários devem manter, obrigatoriamente, os dados críticos do CRCPB nos servidores de redes; É de responsabilidade exclusiva do usuário a cópia e a guarda dos dados gravados na estação de trabalho; Os backups devem ser guardados em local seguro, separados dos equipamentos, para viabilizar a recuperação de dados;

Relatório de Gestão 2016

A política de backup deve seguir as seguintes regras:

- Mínimo de 05 Posições Diárias (Seg / Ter / Qua / Qui / Sex).
- Mínimo de 02 Posições Semanais (Aproximadamente 15 dias)

No sistema que utiliza SGBD, realizar o Backup de Log de Transações, no caso do CRCPB 02 vezes ao dia com intervalo de 12 horas.

Proteções de Dados

Os usuários das informações deverão trabalhar de modo a resguardar a proteção e a privacidade de dados do CRCPB, com o compromisso de proteção de dados;As informações somente serão acessadas por pessoas autorizadas e capacitadas para o seu uso adequado;As informações dos (contabilistas, escritório sociedade, escritório individual, pessoa física ou pessoa jurídica) somente serão fornecidas a terceiros mediante autorização prévia do gestor ou diretor do CRCPB, para atendimento de exigência legal ou regulamentar;

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

No CRCPB existem os canais de comunicação entre a instituição e os profissionais contábeis através do nosso site, facebook e instagram com finalidade de divulgações perante a classe contábil.

Como forma de reclamações, denúncias e sugestões, possuímos o Portal de Transparência, no site, que traz toda transparência da aplicação dos recursos perante a sociedade, bem como o setor de protocolo para os que não detêm de acesso ao portal e as pesquisas de satisfação, semestralmente.

5.1. Canais de acesso ao cidadão

Possuímos o e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite o recebimento de eventuais reclamações, irregularidades cometidas em atos administrativos praticados pela administração ou sugestões de aprimoramento quanto ao serviço prestado por este conselho fiscalizador. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas.

A Comissão do Portal da Transparência foi criada em 01 de junho de 2016, pela Portaria CRCPB nº 30/2016, tendo por finalidade atender demandas relativas à alimentação de Sistema on-line do Portal da Transparência e gerenciar o e-Sic. Atualmente o acesso a Ouvidoria do CRCPB pode ser feito através do Sistema e-Sic que se encontra localizada no canto superior direito do nosso Portal da Transparência, onde a Diretora Executiva, como membro da portaria, citada anteriormente tem por responsabilidade acompanhar o andamento e repassar ao setor competente para que o mesmo apresente uma solução em até 20 (vinte) dias para que assim seja finalizada a demanda.

O trâmite das demandas apresentadas à Ouvidoria, desde o seu cadastramento inicial, até a

Relatório de Gestão 2016

resposta encaminhada ao cidadão, como citado anteriormente, é gerenciado por intermédio de sistema próprio, o e-Sic, desenvolvido pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e repassado aos regionais para cumprimento do disposto na Lei 12.527/2011, ao Decreto nº 7.724/12 e a Resolução CFC nº 1.439/13. O acesso se dá através do Portal de Transparência do CRCPB através do link abaixo:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/esic/site/index.html>.

Em 2016 tivemos 3 (três) solicitações, as quais foram respondidas com toda precisão e rapidez.

Quadro 34 - Demandas recebidas do e-SIC

Entidade	2015	2016	Total
	Respondido		
CRCPB	2	3	5
TOTAL	2	3	5

Fonte: e-SIC

5.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos - Usuários

Com relação à satisfação dos profissionais contábeis temos o sistema de eventos onde os mesmos deixam suas opiniões a respeito dos eventos e bem como semestralmente pela pesquisa de satisfação aplicada pelo sistema CFC/CRCs, através do site e redes sociais do CRCPB.

5.3. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Possuímos o Portal de Transparência, baseado na Lei nº 12.527/11, constitui elemento essencial à transparência, o acesso a informações pela classe contábil e pela sociedade sobre os atos de gestão praticados pelo Sistema CFC/CRCs, este Conselho disponibiliza aos cidadãos em geral e, especialmente, aos profissionais da Contabilidade, informações sobre a entidade por meio do Portal da Transparência e Acesso à Informação. Incluindo neste portal os relatórios de gestão enviados ao TCU. As informações estão disponíveis de acordo com os tópicos abaixo:

- Estrutura Organizacional;
- Atos Normativos;
- Calendário de Reuniões;
- Programas e projetos;
- Execução Orçamentária;
- Licitações;

Relatório de Gestão 2016

- Contratos e Convênios;
- Diárias e passagens;
- Concurso Público;
- Demonstrações Contábeis e prestações de Contas;
- Balanço Socioambiental;
- Dados Estatísticos;
- Perguntas e Respostas;
- Documentos Lei nº 12.527/2011

5.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

No que concerne à acessibilidade de pessoal estabelecida na Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5296/2004 e normas técnicas da ABNT aplicáveis. Na área externa da edificação do CRCPB, destinadas a garagem e ao estacionamento de uso público, foram reservadas três vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência, com dificuldade de locomoção, gestantes e idosos. Para adentrar ao prédio foi construída uma rampa de acesso. E com relação às pessoas cadeirantes que querem participar de palestras no nosso Auditório, que não possui acessibilidade foi criada a TV CRCPB para transmitir ao vivo pela internet as palestras destinadas à área contábil. As estruturas físicas do prédio não apresentam condições para adequação dos banheiros para pessoas portadoras de deficiência. Para pessoas com deficiência auditiva, não contratamos interpretes devido à situação financeira que assolava o CRCPB. Contudo para o ano de 2017 já estamos ciente das alterações para a acessibilidade.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

Ao final do Exercício de 2016, tendo em vista o cumprimento das ações programáticas do CRCPB, conseguimos arcar com os nossos compromissos e sanar os déficits deixados no exercício anterior. O Balanço Orçamentário apresentou um **Superávit de R\$ 244.215,90** (duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e quinze reais e noventa centavos), em decorrência da diminuição das despesas do regional devido à crise financeira.

A receita corrente prevista para o exercício foi de R\$ 3.017.900,00 (três milhões e dezessete mil e novecentos reais) e arrecadada no período somou-se R\$ 2.452.654,93 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos) no que tange ao recebimento de anuidades, emolumentos, receitas com inscrições em eventos e receitas financeiras. A receita de capital prevista foi de R\$ 82.100,00 (oitenta e dois mil e cem reais) que não foi realizada.

O Balanço Patrimonial apresentou um pequeno **Déficit Financeiro de R\$ 24.744,92** (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), em decorrência do saldo negativo dos exercícios de 2014 e 2015 e da falta de disponibilidade financeira no final do

Relatório de Gestão 2016

exercício, havendo uma grande recuperação se comparado com o déficit financeiro do exercício anterior.

O resultado patrimonial foi **Superavitário em R\$ 178.386,38 (cento e setenta e oito mil trezentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos)** devido ao esforço para o equilíbrio fiscal, financeiro e orçamentário do CRCPB. O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente. As receitas e despesas estão escrituradas pelo regime de competência contábil em atendimento a Resolução CFC n.º 1.132/08. No exercício de 2016, não medimos esforços para cumprir com todas as nossas obrigações, em especial diminuir os déficits ocasionados em 2015. Mesmo com todas as medidas para reverter à situação tendo em vista a crise financeira que assola o país, deixamos um saldo de restos a pagar no valor de **R\$ 23.815,56 (vinte e três mil oitocentos e quinze reais e cinquenta centavos)**.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

As Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; aos Princípios Contabilidade; a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs; as interpretações e orientações emitidas pelo CFC e as Instruções de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC.

A partir de 1º de janeiro de 2010 a contabilidade do CFC passou a ser elaborada com base no Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovada por meio da Resolução CFC 1.161/09, alinhado as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – Resoluções CFC n.º s 1.128/08 a 1.137/08. As demonstrações contábeis são ainda elaboradas conforme a Parte V – Demonstrações Contábeis do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

As principais práticas utilizadas na preparação das demonstrações contábeis, bem como para o tratamento contábil para avaliação e mensuração dos ativos e passivos do CFC, estão evidenciados nas Notas Explicativas, vide Anexo IV.

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa VPCI n.º 004/2012 do Conselho Federal de Contabilidade.

Os bens adquiridos após esta data estão sendo depreciado com base na Instrução de Trabalho VPCI n.º 004/2012 do CFC, conforme a seguir: Imóveis (edifícios) - tempo de vida útil de 25 (vinte cinco) anos e valor residual de 10%, Móveis e Utensílios de Escritório, Máquinas e Equipamentos, Instalações, Utensílios de Copa e Cozinha e Veículos, tempo de vida útil de 10 (dez) anos e valor residual de 10%; Equipamentos de Processamento de Dados, tempo de vida útil de 5 (cinco) anos e valor residual de 10%.

6.3 .Sistemática de apuração dos custos no âmbito da unidade

Relatório de Gestão 2016

Não há conteúdo a declarar. Tendo em vista limitações técnicas e tecnológicas, ainda não foi possível implementar a sistemática de apuração de custos, porém será objeto de análise pela comissão de revisão do Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs.

6.4. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas.

(Vide Anexo II)

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Neste capítulo apresentaremos as recomendações emanadas da auditoria externa e da Câmara de Controle Interno do CFC, das quais foram atendidas e ou justificadas.

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Não houve recomendações por parte do TCU direcionadas ao CRCPB.

7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno – CCI

7.2.1 Tratamento das Recomendações da câmara de controle interno – CCI

A Câmara de Controle Interno CCI/CRCPB não expediu recomendações a serem adotadas pelo CRCPB.

7.2.2. Tratamento das recomendações da auditoria externa e da CCI/CFC

Os trabalhos da Auditoria tiveram como delimitador o Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC nº 1.101/07, de 24/08/2007; o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC nº 1.161/2009, 13/02/2009; o Manual de Cobrança do Sistema CFC/CRCs, aprovado pela Resolução CFC n.º 1.280/2010, de 16/04/2010; instruções de trabalho; as Resoluções do CFC e normas atinentes que delimitaram os fatores relevantes a serem observados na execução dos trabalhos.

O CRCPB teve durante no período de 25a 29 de abril de 2016, a auditoria de acompanhamento de gestão, pelo Auditor Vinicius Andrade Silva, que avaliaram a gestão de 2015, de janeiro a dezembro de 2015, tendo como objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos, informações contábeis, financeiras e operacionais do regional, visando evitar

Relatório de Gestão 2016

possíveis procedimentos inadequados aplicados as rotinas adotadas, quanto aos aspectos da segurança dos procedimentos, identificando ineficácias nos controles administrativos, de forma a avaliar o grau de relevância dos danos que possam provocar, contemplando o desenvolvimento de ações e soluções para um melhor desempenho dos atos administrativos, técnicos e operacionais.

A auditoria deu ênfase ao aspecto legal dos atos praticados, visando avaliar, de forma amostral, a gestão do Conselho Regional de Contabilidade, pelos processos e resultados gerenciais apresentados, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com determinado critério técnico, operacional ou normativo.

Os escopos dos trabalhos da Auditoria Interna do CFC para o exercício de 2015 foram:

1. Execução Orçamentária;
2. Execução da Receita e Financeiro;
3. Execução da Despesa;
4. Licitações e Contratos;
5. Bens Patrimoniais;
6. Gestão de Pessoal;
7. Indicadores de desempenho;
8. Segurança do ambiente de tecnologia da informação;
9. Critérios de promoção da acessibilidade.

Dessa forma, o quadro a seguir apresenta as informações sobre as medidas adotadas pelo Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba, a fim de acatar as indicações emitidas por meio de relatórios de Auditoria do CFC e pronunciamentos da Câmara de Controle Interno do CFC.

(Vide Anexo IV)

7.2.3. Acompanhamento das deliberações do TCU e CCI

Até o momento, não houve recomendações do TCU direcionadas ao CRCPB, uma vez que a entidade ainda não teve suas contas julgadas por aquele órgão, como também não existiram recomendações da CCI do CRCPB.

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário

Não se aplica. Não houve ocorrência e medidas administrativas por danos ao erário.

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Relatório de Gestão 2016

Criado pelo Decreto Lei nº 9295/46, com alterações inseridas pela Lei nº 12.249/2010, onde se estabeleceu como função precípua do nosso Sistema CFC/CRC o Registro e a Fiscalização do Exercício profissional, bem como a promoção da Educação Continuada, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba cumpriu rigorosamente com o estabelecido pelos regramentos legais afirmando assim seu compromisso com a Defesa da Sociedade e, sobretudo, com a Valorização da classe Contábil, fazendo sempre valer os Princípios norteadores da Administração Pública.

O exposto no presente “Relatório de Gestão” justifica o entendimento de que devemos partir da realidade que nos cerca, das condições concretas postas para executarmos o contido no Plano de Trabalho do CRCPB, ou seja, suas metas e ações. Dessa forma, as metas e as ações previstas para implementação e seus resultados em muito deve considerar o que acabamos de registrar. Contudo e felizmente é possível afirmarmos que do muito do que foi planejado foi executado com significativo êxito.

Com o advento da Lei nº 12.249/2010, a educação continuada passou a ser uma imposição legal a ser proporcionada aos nossos profissionais, desta forma o CRC PB buscou fortalecer as iniciativas já existentes e ainda aperfeiçoá-las, demos continuidade aos projetos da gestão passada os Fóruns e os Seminários de Contabilidade onde interiorizamos o conhecimento por todo Estado. Criamos o Projeto Sábado do Saber contendo os objetivos específicos:

- Estreitar o relacionamento e integrar o Sistema CFC/CRC com professores, estudantes e profissionais de contabilidade do Estado da Paraíba;
- Complementar a formação dos futuros profissionais por meio de palestras e debates com temas atuais que visem atender as exigências do mercado;
- Promover ações de integração de professores da área contábil, visando a troca de experiências e o compartilhamento de estratégias de ensino utilizadas em sala de aula;
- Disseminar conhecimentos e práticas atuais no âmbito da contabilidade aplicada no Brasil e no exterior;
- Despertar nos profissionais existentes no mercado a consciência de que a Educação Profissional Continuada (EPC) é fator fundamental para o desempenho de suas funções e de sua valorização profissional.

Estabelecemos um número de cursos, onde se pudessem explorar os principais temas contábeis de acordo com o período de maior repercussão daquele tema. Além de manter, o projeto intitulado de “Quintas do Conhecimento”, mantivemos as inovações como sua transmissão ao Vivo via WEB para todos os profissionais através da TVCRC. Incentivamos e participamos dos principais eventos realizados pelo sistema CFC/CRC.

A busca da coerência e adequação entre as metas traçadas e as ações executadas é o esforço maior empreendido. Nesse sentido, a alto-avaliação institucional e as avaliações externas iluminam permanentemente a gestão, apontando medidas e ações administrativas a serem tomadas. Igualmente no âmbito da administração a busca pela auto sustentabilidade dos eventos, a política de valorização dos empregados e conselheiros, a ampliação da interiorização do projeto de Protesto das Certidões de Dívida Ativa, a participação sócio-político-institucional nos diversos eventos realizados no estado, o incentivo e fomento a valorização do Registro Profissional junto aos graduandos em Ciências Contábeis das IES, expandimos a Solenidade de Entrega do Registro

Relatório de Gestão 2016

Profissional aos novos contadores para a Subseção do CRCPB em Campina Grande, realização de ações de cidadania e sociais através da distribuição dos alimentos arrecadados nos eventos: Projeto Quintas do Conhecimento e Sábado do Saber, a instituições de caridade dos municípios aos quais os eventos são realizados, tiveram a realização das ações do PVCC: Outubro Rosa, Novembro Azul, Doação de Sangue e Caminhadas Contábeis; implantação dos Fóruns de Perícia e SPED, contando com a participação de um público bastante expressivo;

Mantivemos o Projeto Bem Estar Contábil – Esse projeto visa incentivar aos profissionais da contabilidade a cuidar da saúde, promovendo palestras a respeito de problemas cardíacos, testes de glicemia, aferições de pressão e caminhadas aos domingos, doação de sangue, outubro rosa, palestras a respeito de câncer de mama, estresse. Foi lançado no dia 24 de abril de 2014 e dando continuidade em 2015 e 2016; a renovação de parcerias estratégicas junto a diversos órgãos e poderes executivo, legislativo e judiciário que oportunizou a interiorização de alguns cursos, bem como, informações importantes e necessárias ao cumprimento de atividades fins do CRCPB, como exemplo citamos as parcerias junto à Receita Federal.

Na busca incessante pelo desenvolvimento da classe e elevação do nome da contabilidade paraibana em nível nacional, defendemos a criação da carreira de contador público em nível estadual, definimos em audiências públicas, como contribuir junto ao Tribunal de Contas do Estado e órgãos afins, para um melhor controle da despesa pública, participamos de reunião com o secretário de Estado da Receita, Marconi Frazão; representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de João Pessoa; Federação do Comércio do Estado da Paraíba; e empresários. A pauta do encontro foi a Lei n. 10.801/2016, que determina a criação da taxa trimestral de utilização de serviços de autorização de documentos fiscais eletrônicos.

No mês de maio participamos da Comissão da OABPB, em parceria com o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis - SESCON/PB, a Associação de Contadores Notícias Contábeis e representantes do E-Jr Contabilis da UFPB, com finalidade de estudo sobre a implementação do Código do Contribuinte no Estado da Paraíba.

Recebemos no período de 22 de setembro a 19 de outubro de 2016 a exposição do Museu Itinerante: Contabilidade – um balanço da história, A narrativa da evolução da profissão contábil, os artefatos atualmente obsoletos até a tecnologia utilizada nos dias de hoje, dezenas de objetos ficaram expostos no Shopping Tambiá, em João Pessoa-PB.

O intuito é manter atualizados os profissionais contábeis sobre os assuntos referentes ao exercício da profissão, tendo como principal público alvo as organizações contábeis e seus profissionais; Portal/Site do CRCPB: um dos principais veículos de comunicação que compartilha de forma rápida as informações pertinentes à classe contábil, além de repercutir as principais notícias do site do Conselho Federal de Contabilidade e de Instituições parceiras do sistema; Perfil nas Mídias Digitais: permanência de perfil no *facebook* e no *instagram*, tendo como público alvo os profissionais da contabilidade e graduandos em ciências contábeis das IES do estado.

Com efeito, foram traçadas metas para o exercício de 2016. De fato, foram encontradas algumas dificuldades no intuito de atingir as metas pré-fixadas, mas o que teve maior impacto em relação às metas não alcançadas foi decorrente a questão da arrecadação, que ainda está muito aquém do esperado. Com isso, dificulta investimentos em outras áreas específicas em prol de êxito total com entidade que tem como finalidade a prestação de serviços aos profissionais da contabilidade e principalmente a sociedade.

Por fim, é mister registrar que a elaboração deste Relatório mobilizou quase todos os setores

Relatório de Gestão 2016

da entidade, assim, de forma compartilhada, esse processo de construção e elaboração do documento em apreço, oportunizou aos setores envolvidos a interagirem em torno de um mesmo propósito: sistematizar e registrar as ações realizadas. Daí, porque, ao final da elaboração deste documento somam-se resultados muito positivos de várias ordens. Respira-se na entidade um grande sentimento de construção coletiva, de descobertas e de responsabilidades. Sobremaneira, há um grande aprendizado institucional sobre a gestão administrativa do CRCPB, há também um sentimento de dever cumprido seguido de uma vontade e uma certeza imensurável de que é possível sempre fazer mais e melhor.

Foi de suma importância a colaboração, o engajamento e o compromisso dos conselheiros, funcionários, prestadores de serviços, estagiários, delegados e membros das comissões do CRCPB para o sucesso da nossa gestão.



Contador **GARIBALDI DANTAS FILHO**
Presidente do CRCPB

Relatório de Gestão 2016

ANEXOS E APENDICES

Relatório de Gestão 2016

ANEXO I

Quadro 02 – Demonstração da Execução da Despesa para Atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício

Objetivo estratégico	Projetos/atividades	Dotação atualizada	Despesa empenhada e liquidada
Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do sistema CFC/CRCs	Cobrança administrativa e judicial - profissionais e organizações contábeis	156.104,54	127.984,45
	Contribuição regimental	568.894,00	549.924,94
	Despesas financeiras	4.100,00	4.040,95
	Obrigações legais	6.000,00	3.461,66
Subtotal		735.098,54	685.412,00
Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades dos CRCs.	Serviços administrativos	13.465,00	10.522,23
	Comunicação e telecomunicações	50.000,00	32.919,44
	Modernização e manutenção da estrutura física	175.455,46	170.390,27
	Aquisição de máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	9.600,00	5.180,00
	Manutenção, conservação e locação de veículos	23.300,00	18.370,00
	Aquisição de bens de consumo	33.100,00	26.086,71
Subtotal		304.920,46	263.468,65
Ampliar e integrar o uso da tecnologia da informação no sistema CFC/CRCs	Tecnologia da informação	39.260,00	37.102,54
	Modernização do parque de informática (hardware e software)	22.860,00	3.650,00
Subtotal		62.120,00	40.752,54
Atrair e reter talentos	Pessoal, encargos e benefícios	1.714.021,58	1.617.748,86
	Qualidade de vida no trabalho	700,00	630,00
Subtotal		1.714.721,58	1.618.378,86
Fortalecer o conhecimento técnico e habilidades pessoais dos conselheiros e dos funcionários do CFC/CRCs.	Capacitação e desenvolvimento de recursos humanos	4.496,93	2.326,02
Subtotal		4.496,93	2.326,02
Aperfeiçoar, ampliar e difundir ações de educação continuada, registro e fiscalização como fator de proteção da sociedade	Promover a educação continuada - encontros/seminários/fórum / jornadas	107.650,00	99.147,25
	Promover a educação continuada - cursos e palestras	2.800,00	920,00
Subtotal		110.450,00	100.067,25
Garantir qualidade e confiabilidade nos processos e nos procedimentos	Atualização e manutenção cadastral	6.120,00	5.778,68
Subtotal		6.120,00	6.081,85

Relatório de Gestão 2016

Inovar, integrar e otimizar a gestão do sistema CFC/CRCs	Apoio as delegacias e representações	730,00	400,00
	Seminários e reuniões voltados à gestão do sistema CFC/CRCs	3.132,96	2.525,23
Subtotal		3.862,96	2.925,23
Promover a satisfação da classe contábil com o sistema CFC/CRCs	Ampliação e modernização do acervo bibliográfico	2.000,00	997,80
	Museu da contabilidade	7.000,00	7.000,00
Subtotal		9.000,00	7.997,80
Influenciar na formação das competências e das habilidades do profissional e fomentar programas de educação continuada	Apoio à realização de eventos da área contábil	31.145,07	31.145,07
	Participação dos conselheiros em eventos nacionais e internacionais	16.391,60	13.532,75
	Participação de delegados e colaboradores em eventos	2.700,00	1.700,00
	Publicações técnicas e institucionais	21.800,00	18.001,00
Subtotal		72.036,67	64.378,82
Atuar como fator de proteção da sociedade	Reuniões Regimentais	4.300,00	4.300,00
Subtotal		4.300,00	4.300,00
Fortalecer a imagem do sistema CFC/CRCs e da profissão contábil perante a sociedade	Campanhas Institucionais	8.000,00	7.033,50
	Comunicação Institucional	35.580,00	33.909,95
Subtotal	Ações de Responsabilidade Ambiental	1.015,00	1.015,00
		44.595,00	41.958,45
Total		3.100.000,00	2.838.144,40

Fonte: Sistema de Contabilidade

Relatório de Gestão 2016

ANEXO II

Demonstrações Contábeis

Relatório de Gestão 2016



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAIBA
DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO			
6.4.1 DESPESAS CORRENTES + CAPITAL	227.064,09	23.815,56	166.276,19	0,00	84.603,46

GARIBALDI DANTAS FILHO
Presidente do CRCPB

THAMARA LEAL BRANDAO DE OLIVEIRA
CRC PB nº 006743/0

Relatório de Gestão 2016



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAIBA
 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores em Reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.017.900,00	3.017.900,00	3.082.360,30	(64.460,30)
CONTRIBUIÇÕES	2.552.066,15	2.552.066,15	2.452.654,93	99.411,22
Anuidades	2.552.066,15	2.552.066,15	2.452.654,93	99.411,22
EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	76.153,00	76.153,00	105.109,25	(28.956,25)
Exploração de Bens	50,00	50,00	2,32	47,68
Exploração de Serviços	76.103,00	76.103,00	105.106,93	(29.003,93)
FINANCEIRAS	205.700,85	205.700,85	203.633,53	2.067,32
Juros de Mora	123.000,00	123.000,00	102.800,77	20.199,23
Atualização Monetária	56.713,85	56.713,85	59.597,40	(2.883,55)
Multas e Encargos	13.600,00	13.600,00	17.098,73	(3.498,73)
Remuneração de Dep. Banc. e Aplicações Financeiras	12.387,00	12.387,00	24.136,63	(11.749,63)
TRANSFERÊNCIAS	94.080,00	94.080,00	228.226,37	(134.146,37)
Transferências	94.080,00	94.080,00	228.226,37	(134.146,37)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	89.900,00	89.900,00	92.736,22	(2.836,22)
Multas	89.700,00	89.700,00	75.201,25	14.498,75
Indenizações e Restituições	200,00	200,00	-	200,00
Receitas Não-Identificadas	-	-	17.534,97	(17.534,97)
RECEITAS DE CAPITAL	82.100,00	82.100,00	-	82.100,00
ALIENAÇÕES DE BENS	82.100,00	82.100,00	-	82.100,00
Alienação de Bens Móveis	30.000,00	30.000,00	-	30.000,00
Alienação de Bens Imóveis	52.100,00	52.100,00	-	52.100,00
Alienação de Títulos e Ações	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
SUB TOTAL	3.100.000,00	3.100.000,00	3.082.360,30	17.639,70
DÉFICIT			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS	3.100.000,00	3.100.000,00	3.082.360,30	17.639,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SUPERÁVIT FINANCEIRO		0,00		

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	3.017.900,00	3.044.800,00	2.829.664,40	2.829.664,40	215.135,60
PESSOAL E ENCARGOS	1.690.640,05	1.692.740,05	1.598.108,14	1.598.108,14	94.631,91
Pessoal e Encargos	1.690.640,05	1.692.740,05	1.598.108,14	1.598.108,14	94.631,91
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	49,53	49,53	-	-	49,53
Benefícios Assistenciais	49,53	49,53	-	-	49,53
USO DE BENS E SERVIÇOS	638.866,42	634.316,42	551.005,05	551.005,05	83.311,37
Material de Consumo	80.517,50	75.017,50	60.444,92	60.444,92	14.572,58
Serviços	558.348,92	559.298,92	490.560,13	490.560,13	68.738,79
FINANCEIRAS	87.500,00	113.600,00	112.588,11	112.588,11	1.011,89
Financeiras	87.500,00	113.600,00	112.588,11	112.588,11	1.011,89
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	578.894,00	582.144,00	559.692,24	559.692,24	22.451,76
Tributárias e Contributivas	578.894,00	582.144,00	559.692,24	559.692,24	22.451,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.950,00	21.950,00	8.270,86	8.270,86	13.679,14
Outras Despesas Correntes	21.950,00	21.950,00	8.270,86	8.270,86	13.679,14
DESPESAS DE CAPITAL	82.100,00	55.200,00	8.480,00	8.480,00	46.720,00
INVESTIMENTOS	82.100,00	55.200,00	8.480,00	8.480,00	46.720,00
Obras, Instalações e Reformas	100,00	100,00	-	-	100,00
Títulos e Ações	-	-	-	-	-
Equipamentos e Materiais Permanentes	82.000,00	55.100,00	8.480,00	8.480,00	46.620,00
Aquisição de Imóveis	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-
SUB TOTAL	3.100.000,00	3.100.000,00	2.838.144,40	2.838.144,40	261.855,60
SUPERÁVIT			244.215,90		
TOTAL DAS DESPESAS	3.100.000,00	3.100.000,00	2.838.144,40	2.838.144,40	261.855,60

GARIBALDI DANTAS FILHO
 Presidente do CRCPB

THAMARA LEAL BRANDAO DE OLIVEIRA
 CRCPB nº 006743/0

Relatório de Gestão 2016



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAIBA
 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
(Valores em Reais)							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
	2016	2015		2016	2015		
4.1	CONTRIBUIÇÕES	3.175.153,75	2.821.127,93	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.598.108,14	1.638.414,53
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	3.175.153,75	2.821.127,93	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.598.108,14	1.638.414,53
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	3.175.153,75	2.821.127,93	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.598.108,14	1.638.414,53
4.1.1.1.01	Contribuições	3.175.153,75	2.821.127,93	3.1.1.1.01	Pessoal e Encargos	1.598.108,14	1.638.414,53
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	185.367,40	294.093,76	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	3.476,00
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	185.367,40	294.093,76	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	3.476,00
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	185.367,40	294.093,76	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	3.476,00
4.2.1.1.01	Exploração de Bens e Serviços	185.367,40	294.093,76	3.2.1.1.01	Benefícios Assistenciais	0,00	3.476,00
4.3	FINANCEIRAS	1.940.000,31	2.007.554,52	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	644.120,01	900.192,57
4.3.1	FINANCEIRAS	1.940.000,31	2.007.554,52	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	644.120,01	900.192,57
4.3.1.1	FINANCEIRAS	1.940.000,31	2.007.554,52	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	644.120,01	900.192,57
4.3.1.1.01	Financeiras	1.940.000,31	2.007.554,52	3.3.1.1.01	Uso de Bens e Serviços	644.120,01	900.192,57
4.4	TRANSFERÊNCIAS	228.226,37	287.177,60	3.4	FINANCEIRAS	604.672,57	241.058,15
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	228.226,37	287.177,60	3.4.1	FINANCEIRAS	604.672,57	241.058,15
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	228.226,37	287.177,60	3.4.1.1	FINANCEIRAS	604.672,57	241.058,15
4.4.1.1.01	Transferências	228.226,37	287.177,60	3.4.1.1.01	Financeiras	604.672,57	241.058,15
				3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	589.031,28	478.731,36
				3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	589.031,28	478.731,36
				3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	589.031,28	478.731,36
				3.6.1.1.01	Tributárias e Contributivas	589.031,28	478.731,36
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.833.582,05	4.977.540,54
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.833.582,05	4.977.540,54
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	3.833.582,05	4.977.540,54
				3.7.1.1.01	Desvalorização e Perda de Ativos	3.833.582,05	4.977.540,54
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.089.278,84	2.486.392,49	3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	170.126,24	102.853,72
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.089.278,84	2.486.392,49	3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	170.126,24	102.853,72
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.089.278,84	2.486.392,49	3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	170.126,24	102.853,72
4.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.089.278,84	2.486.392,49	3.9.1.1.01	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	170.126,24	102.853,72
TOTAL		7.618.026,67	7.896.346,30	TOTAL		7.439.640,29	8.342.266,87
RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO					178.386,38	-445.920,57	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
DESCRIÇÃO	2016	2015
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	8.480,00	184.051,66
Investimentos	8.480,00	184.051,66
Empréstimos Concedidos		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	36.000,00
Alienações de Bens	0,00	36.000,00
Amortização de Empréstimos Concedidos		

GARIBALDI DANTAS FILHO
 Presidente do CRCPB

THAMARA LEAL BRANDAO DE OLIVEIRA
 CRCPB nº 006743/0

Relatório de Gestão 2016



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA PARAIBA
 BALANÇO FINANCEIRO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.082.360,30	3.104.352,94	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.838.144,40	3.290.642,70
Receitas Correntes	3.082.360,30	2.968.026,69	Despesas Correntes	2.829.664,40	3.106.591,04
Receitas de Capital	0,00	136.326,25	Despesas de Capital	8.480,00	184.051,66
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.238.511,19	4.570.266,82	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.402.135,75	4.410.499,21
Adiantamentos a Pessoal	808.585,50	824.860,46	Adiantamentos a Pessoal	810.346,27	826.526,84
Adiantamentos a Terceiros	18.073,55	8.296,88	Adiantamentos a Terceiros	18.073,55	8.296,88
Tributos e Contribuições a Recuperar	852,26	1.902,60	Tributos e Contribuições a Recuperar	852,26	1.787,63
Créditos por Danos ao Patrimônio	9.765,06	0,00	Créditos Por Danos Ao Patrimônio	35.775,43	7.121,11
Créditos e Valores a Receber	66,28	1.542,48	Créditos e Valores a Receber	821,90	1.543,32
Pessoal a Pagar	1.049.293,08	1.078.604,13	Pessoal a Pagar	1.061.126,39	1.066.770,82
Encargos Sociais a Pagar	336.992,06	342.403,79	Encargos Sociais a Pagar	395.958,98	326.856,40
Obrigações de Curto Prazo	1.011.252,44	1.362.729,50	Obrigações de Curto Prazo	1.183.388,73	1.243.416,98
Contas a Pagar	108.343,85	205.968,86	Contas a Pagar	110.159,35	203.868,36
Transferências Legais	528.334,17	495.156,16	Transferências Legais	523.472,25	491.771,43
Provisões Trabalhistas	246.470,20	248.801,96	Provisões Trabalhistas	243.292,52	232.539,44
Obrigações Fiscais de Longo Prazo	120.482,74		Obrigações Fiscais de LP	18.868,12	0,00
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	25.570,66	52.092,81	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	106.162,00	25.570,66
TOTAL	7.346.442,15	7.726.712,57	TOTAL	7.346.442,15	7.726.712,57

GARIBALDIDANTAS FILHO
 Presidente do CRCPB

THAMARA LEAL BRANDAO DE OLIVEIRA
 CRCPB nº 006743/0

Relatório de Gestão 2016

ANEXO III



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE CÂMARA DE CONTROLE INTERNO - CRCPB

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Paraíba criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, com as alterações constantes das Leis nºs . 570, de 22.09.1948; 4.695, de 22.06.1965 e 5.730, de 08.11.1971; e dos Decretos-Lei nºs 9.710, de 03.09.1946 e 1.040, de 21.10.1969, constitui-se como pessoa jurídica que, sob a forma federativa, com personalidade própria, tem a estrutura, a organização e o funcionamento estabelecidos pela legislação específica e pelo Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

2. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 e da Resolução CFC n.º 1.161/09.

As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais.

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis devem conter informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Relatório de Gestão 2016

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo do Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Nas aplicações financeiras, o saldo inclui Caderneta de Poupança, junto à Caixa Econômica Federal e Fundo de Investimento junto ao Banco do Brasil S/A, demonstrados pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de aniversário da conta.

TÍTULOS	2016	2015
Caixa e Equivalente de Caixa	106.162,00	25.570,66
Bancos Cta Movimento	41.124,91	23.121,02
Bancos Cta Arrecadação	1.794,61	441,78
Bancos Aplic. Financeira	913,38	864,67
Adiantamento de Suprimento	0,00	0,00
Disponível p/ Aplic.Vinculada	62.329,10	1.143,19

b) Créditos

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado como demonstrado abaixo:

TÍTULOS	2016			2015		
	CIRCULANT E	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANT E	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Créditos do exercício	1.181.287,04	0,00	1.181.287,04	820.148,63	0,00	820.148,63
Créditos de exercícios anteriores	372.445,98	533.235,90	905.681,88	447.957,52	97.391,35	545.348,87
Parcelamento débitos	775.008,16	1.526.177,17	2.301.185,33	771.018,37	1.013.787,49	1.784.805,86
(-) Perda Estimada	(1.660.959,26)	(11.513.229,08)	-13.174.188,34	(1.468.607,56)	(10.164.148,63)	(11.632.756,19)

Comparando o Balanço Patrimonial do ano de 2016 e 2015 observamos um aumento de 68,42% no ativo circulante em créditos do exercício e uma diminuição de 59,21% nos créditos realizáveis a longo prazo, tendo em vista que procedemos com as provisões para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, de acordo com os recebimentos dos três últimos exercícios anteriores para obter o percentual de inadimplência inferir.

Os procedimentos de reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa e da provisão de cota-parte estão respaldados nos Princípios de Contabilidade normatizados pela Resolução CFC nº 1.111/07 e suas alterações objetivando a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais.

Relatório de Gestão 2016

As metodologias definidas foram elaboradas objetivando a uniformização da provisão para perdas estimadas dos créditos de liquidação duvidosa e provisão de cota parte. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

CÁLCULO DO PERCENTUAL DE INADIMPLÊNCIA						
Créditos a Receber	A - Saldo Inicial (Saldo Anterior)	B - Inclusões (Débito)	C - Recebimentos	D - Percentual Recebimento (C/(B+A))	E - Percentual Inadimplência (E = 1 - D)	
Total de CP - 2014	2.636.628,77	5.404.170,23	2.359.995,91	0,29	0,71	
Total de LP - 2014	6.652.732,87	1.125.222,47	162.209,45	0,02	0,98	
Total de CP - 2015	3.271.185,06	6.534.420,34	2.285.813,93	0,23	0,77	
Total de LP - 2015	7.094.669,13	4.969.669,86	171.365,58	0,01	0,99	
Total de CP - 2016	2.039.124,52	6.038.177,75	2.065.060,16	0,28	0,72	
Total de LP - 2016	10.362.052,58	2.893.424,92	361.559,00	0,03	0,97	
Média Percentual Inadimplência CP = (%Inadimplência 2014 + % Inadimplência 2015 + %Inadimplência 2016) / 3					0,72	
Média Percentual Inadimplência LP = (%Inadimplência 2014 + % Inadimplência 2015 + %Inadimplência 2016) / 3					0,98	
CRÉDITOS A RECEBER - PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (COMPLEMENTO OU REVERSÃO DA PROVISÃO)						
2015	A - Saldo Final (Dezembro)	B - Percentual de Inadimplência	C - Cálculos Ajustes de Perdas de Créditos (C = A * B)	D - Saldo Final (-) Ajustes de Perdas de Créditos 1.1.2.1.98.01.001 1.2.1.1.98.01.001	E - (+) Complemento OU (-) Reversão do Ajuste (E = C - D)	F - Créditos Líquidos (F = A - C)
Créditos a Receber - CP	2.039.124,52	0,72	1.468.607,56	1.454.705,85	13.901,71	570.516,96
Créditos a Receber - LP	10.362.052,58	0,98	10.164.148,63	10.040.614,56	123.534,07	197.903,95
TOTAL DA CARTEIRA	12.401.177,10	-	11.632.756,19	11.495.320,41	137.435,78	768.420,91

Relatório de Gestão 2016

c) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão avaliados pelo custo de aquisição.

TÍTULOS	2016	2015
Almoxarifado	22.042,38	24.266,49

d) Dívida Ativa

Quanto ao recebimento da Dívida Ativa, verifica-se que em 2016 houve um aumento de 38,05% em relação ao valor recebido em 2015.

TÍTULOS	2016	2015	Percentual
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Estoque de Dívida Ativa	9.701.150,20	9.250.873,74	
Recebido no exercício	450.276,46	171.365,58	38,05%

e) Bens Patrimoniais

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo de aquisição ou incorporação ou construção. São representados na equação patrimonial do balanço pelos investimentos, imobilizado e intangível, e tem como finalidade garantir o funcionamento da entidade. No ano de 2016, procedemos com o levantamento dos bens patrimoniais destinado a comprovar a espécie, a quantidade e o valor dos bens do acervo do Conselho Regional de Contabilidade, também efetuamos a incorporação da obra na sub sede do CRCPB, efetuamos baixas da biblioteca e sistema de processamento de dados e não houve reavaliações no período.

No dia 31/05/2016, efetuamos a baixa do saldo da conta 1.2.2.2.01.01.007 sistema de processamento de dados em virtude dos softwares terem sido adquiridos de 2006 a 2010 e possuírem vida útil de 5 (cinco) anos INT/VPCI n° 004/2012 CFC conforme apontado no item 4.2.3.1 relatório de auditoria CFC n.º 18/16 e conciliação entre sistema de bens patrimoniais e contabilidade como também do saldo da conta 1.2.2.2.01.01.008 biblioteca em virtude dos livros terem sido sorteados ao profissionais de contabilidade nos eventos do CRCPB, conforme apontado no item 4.2.3.1 relatório de auditoria CFC n.º 18/16, INT/VPCI n° 004/2012 CFC e conciliação entre sistema de bens patrimoniais e contabilidade.

Em 30/06/2016, efetuamos a incorporação de bens imóveis relativas a conclusão e entrega da obra do prédio da sub sede do CRCPB na cidade de Campina Grande como também, a baixa em obras em andamento relativas as obras preliminares e complementares no terreno da cidade de Sousa-PB em virtude da não realização da construção da delegacia através de orientação do CFC.

Relatório de Gestão 2016

Abaixo demonstramos a movimentação do imobilizado:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2015	AQUISIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2016	Depreciação
		Compras	Desincorporações		
Móveis e Utensílios de Escritório	113.608,41	0,00	0,00	113.608,41	-40.293,63
Máquinas e Equipamentos	50.894,89	5.180,00	0,00	56.074,89	-22.133,61
Instalações	2.808,00	0,00	0,00	2.808,00	-1.290,17
Utensílios de Copa e Cozinha	2.015,86	0,00	0,00	2.015,86	-963,62
Veículos	81.324,00	0,00	0,00	81.324,00	-73.191,60
Equipamentos de Processamento de Dados	174.762,56	3.300,00	0,00	178.062,56	-123.637,24
Sistemas de Processamento de Dados	41.008,92	0,00	41.008,92	0,00	0,00
Biblioteca	1.313,71	0,00	1.313,71	0,00	0,00
Sede	684.775,00	0,00		684.775,00	-101.358,75
Subsede/Salas/Garagens	180.000,00	261.398,86	0,00	441.398,86	-28.848,62
Terrenos	826.078,00	0,00		826.078,00	0,00
Obras em Andamento	301.788,07	0,00	301.788,07	0,00	0,00
TOTAL	2.460.377,42	269.878,86	344.110,70	2.386.145,58	-391.717,24
TOTAL DO IMOBILIZADO					1.994.428,34

f) Depreciação

A depreciação é a redução do valor dos bens pelo desgaste ou pela perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Em observância ao princípio da competência, para adoção inicial dos procedimentos de depreciação dos bens patrimoniais do CRCPB, houve a contratação de uma empresa no final do ano de 2012 que realizou o levantamento e a reavaliação dos bens, elaborou o inventário e a partir de dezembro/2012 os bens começaram a ser depreciados.

A depreciação de bens adquiridos e postos em operação utiliza o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa 004/2012 do Conselho Federal de Contabilidade. Conforme quadro abaixo:

Relatório de Gestão 2016

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	Depreciação Acumulada	Vida Útil
Móveis e Utensílios	113.608,41	-40.293,63	10
Máquinas e Equipamentos	56.074,89	-22.133,61	10
Instalações	2.808,00	-1.290,17	10
Utensílios de Copa e Cozinha	2.015,86	-963,62	10
Veículos	81.324,00	-73.191,60	10
Equipamentos de Processamento de Dados	178.062,56	-123.637,24	5
Sede	684.775,00	-101.358,75	25
Subsede	441.398,86	-28.848,62	25

g) Obrigações com pessoal e terceiros

<u>Encargos Sociais a Pagar</u> Valor referente encargos de INSS do mês de dezembro/2016.	15.918,80
--	-----------

h) Provisões de Férias e Décimo Terceiro

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário.

j) Provisão para Riscos Cíveis

O Conselho possui, ainda, diversas ações judiciais de repetição de Indébito (anuidades) que tramitam na Justiça Federal em que os recursos possíveis foram manejados com o propósito de defesa dos interesses do CRCPB, todavia, em alguns casos, não havendo meios legais para o impedimento do cumprimento de decisões judiciais, ocorreram baixas das provisões em virtude do pagamento de algumas ações através de transferência judicial e não houve novas inscrições classificadas como perda no ano de 2016. Logo, esta rubrica totalizou o valor de **R\$ 87.230,95 (oitenta e sete mil duzentos e trinta reais e noventa e cinco centavos)**.

k) Restos a pagar

São despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2016, pois se referem aos encargos incorridos no próprio exercício, em consonância com o princípio da competência, totalizando **R\$23.815,56 (vinte e três mil oitocentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos)**. Somado a este valor, existe um saldo de restos inscrito no exercício de 2015 e não pago no valor de R\$ 60.787,90 (sessenta mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e nove centavos), que corresponde ao parcelamento do INSS de 2015 e saldo da cota parte, perfazendo um saldo de restos a pagar de **R\$ 84.603,46 (oitenta e quatro mil seiscentos e três reais e quarenta e seis centavos)**.

3. APURAÇÃO DO RESULTADO

Relatório de Gestão 2016

1. Resultado Patrimonial

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente. As receitas e despesas estão escrituradas pelo regime de competência contábil em atendimento a Resolução CFC nº 1.132/08. O resultado patrimonial foi **superavitário em R\$ 178.386,38 (cento e setenta e oito mil seiscientos e quarenta reais e vinte e nove centavos)**.

2. Resultado Orçamentário

A receita orçamentária está representada por receitas correntes compreendendo arrecadação de anuidades (receitas de contribuições), rendimentos de aplicações financeiras e dividendos recebidos (receitas patrimoniais), recebimento referente às inscrições, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes e também pelas receitas de capital compreendendo alienação de bens imóveis e transferências de capital.

A despesa orçamentária está demonstrada, principalmente, por despesas administrativas (despesa de custeio), 1/5 da arrecadação repassada ao Conselho Federal de Contabilidade (transferências correntes) e aquisições de bens do imobilizado (despesas de capital).

No Exercício de 2016 apurou-se um **Superávit Orçamentário de R\$244.215,90(duzentos e quarenta e quatro mil duzentos e quinze reais e noventa centavos)** conforme disciplina o regime orçamentário na Lei 4.320/64.

3. Resultado Financeiro

No exercício de 2016 apurou-se um **Déficit Financeiro de R\$24.744,92 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos)** conforme disciplina a Lei nº. 4.320/64. Justifica-se em virtude dos déficits ocasionados nos exercícios anteriores, porém este ano, o CRCPB conseguiu diminuir bruscamente o valor, tendo em vista as ações de cobrança e a contenção de despesas.

Resultado apurado ao final do exercício financeiro que aponta saldo negativo no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas pagas, indicando que as receitas arrecadadas foram menores do que as despesas realizadas. Difere do déficit orçamentário, pois significa que o CRCPB realizou mais pagamentos do que o efetivo ingresso de receitas.

4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido CRCPB, em 31/12/2016, está assim constituído:

Relatório de Gestão 2016

	2015	2016
Patrimônio Líquido	2.356.649,41	2.534.973,12
Patrimônio Social	2.356.649,41	2.534.973,12
Ajuste de Exercícios Anteriores	-267,67	-62,67
Resultado do Exercício	-445.920,57	178.386,38
Resultados Acum. de Ex. Anteriores	2.802.837,65	2.356.649,41

5. Ajuste de Exercícios Anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2016 foram evidenciados os valores que pertenceram a exercícios anteriores relativos às solicitações da devolução de taxas e anuidades pagas pelos profissionais contábeis.

João Pessoa, 31 de dezembro de 2016.



Thamara Leal Brandão de Oliveira
 Responsável Técnico pela Contabilidade
 Contadora – CRC/PB 6743/0



Contador **Garibaldi Dantas Filho**
 Presidente

Relatório de Gestão 2016

Anexo IV

Quadro 35 – Recomendações Recebidas da Auditoria Externa e da CCI/CFC

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.1 – Execução da Despesa 4.2.1.1 – Pagamento de despesa sem assinatura de autoridade competente	Relatório de Recomendações nº 18/16, enviada por e-mail para a diretoria e contabilidade
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Diretoria Executiva			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que efetue reforce os controles administrativo, de forma que todas as ordens de pagamento contem assinaturas da autoridade competente, em observação ao art. 64 da Lei 4.320/64.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Contabilidade			
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria providenciou e-mail ao ex presidente para assinatura nos devidos documentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Acatamos a recomendação.			

Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.1.2 - Despesas com brindes para o II SINCASP.	Relatório de Recomendações nº 18/16.
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Diretoria Executiva			
Descrição das Recomendações:			
Recomenda-se ao Regional que abstenha de realizar despesas sem amparo legal, a exemplo de brindes para distribuição (Acórdão nº 2410/2011 – TCU – 1ª Câmara).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
O Patrimônio se absterá de tais procedimentos.			

Relatório de Gestão 2016

Síntese dos Resultados Obtidos

Cautela ao Regional quanto aquisição de brindes ou troféus, haja vista a ausência de amparo legal para tais despesas.

Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.1.3 Atesto de notas fiscais pelo ordenador de despesas.	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Diretoria Executiva			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que nas liquidações da despesa, conte somente o carimbo do fiscal do contrato ou responsável pelo recebimento do material, observando o princípio da segregação das funções.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Diretoria Executiva			
Síntese da Providência Adotada			
Foram feitas portarias de fiscais de contratos dividindo as fiscalizações aos serviços executados no CRCPB.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não infringir o princípio da segregação das funções para as atividades desenvolvidas.			
Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.1.4 Ausência de atesto em nota fiscal	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Diretoria Executiva			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que promova ações a fim de que a liquidação e os atestos das notas fiscais possuam identificação de seu responsável e a data de entrega do serviço ou produto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Diretoria Executiva			
Síntese da Providência Adotada			
Foram feitas portarias de fiscais de contratos dividindo as fiscalizações aos serviços executados no CRCPB.			

Relatório de Gestão 2016

Síntese dos Resultados Obtidos

Não infringir o princípio da segregação das funções para as atividades desenvolvidas.

Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2 – Licitações, contratos e convênios 4.2.2.1 – Análise do Processo de Licitação Convite nº 06/2015	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Setor de Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que evidencie nos autos do processo a devida motivação par abertura de suas contratações, justificando a necessidade dos serviços a serem adquiridos e apresente a descrição detalhada do objeto a ser adquirido.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Setor de Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
O setor de patrimônio nos próximos contratos elaborara melhor suas partes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A providencia foi adotada.			

Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2.2 Ausência de fiscal de contrato	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Diretoria Executiva			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que regularize de imediato a situação e designe formalmente funcionários para acompanhar a execução dos contratos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			

Relatório de Gestão 2016

Diretoria Executiva
Síntese da Providência Adotada Foram feitas portarias de fiscais de contratos dividindo as fiscalizações aos serviços executados no CRCPB.
Síntese dos Resultados Obtidos Não infringir o princípio da segregação das funções para as atividades desenvolvidas. Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2.3 Regularidade fiscal da empresa na contratação de seguro para veículos	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação Tesouraria			
Descrição das Recomendações Recomenda-se ao Regional que seja observada o contido pelo art. 29 da Lei 8666/93, a qual dispõe que é de apresentação obrigatória os documentos que compõem a regularidade fiscal com as fazendas federal e estadual.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação – Tesouraria			
Síntese da Providência Adotada - Foram anexados o histórico fiscal da referida empresa.			
Síntese dos Resultados Obtidos - Não infringir a Lei de Licitação. Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2.4 Avaliação de regularidade de processo de dispensa	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação Patrimônio			
Descrição das Recomendações Recomenda-se ao Regional que evidencie nos autos do processo a devida motivação para abertura de suas contratações, justificando a necessidade dos serviços a serem adquiridos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada Acatar a recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos Não infringir a Lei nº 8666/93. Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB			

Unidade Jurisdicionada

Relatório de Gestão 2016

Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2.5 - Utilização da IN SLTI nº 02/2008 nos contratos de terceirização de mão de obra	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que utilize as orientações da IN SLTI nº 02/2008, para analisar as planilhas de custos de terceirização de mão de obra, por ser um documento que apresente metodologia e embasamento legal para todos os item que a compõem.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			
Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
Adotar tal recomendação nos próximos contratos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não infringir a IN SLTI nº 02/2008.			

Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2.6 Avaliação da regularidade referente a modalidade de licitação	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que apresente nos processos de contratações, a justificativa para a utilização de modalidade de pregão presencial ao invés do eletrônico, conforme determina o § 1º do art. 4º do Decreto nº 5450/2005 e o TCU, bem como abstenha-se de adotar a modalidade convite em suas contratações e opte pelo pregão nas aquisições de bens e serviços comuns.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			
Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
Acatar a recomendação diante da carência de servidores, assim como de recursos para a respectiva contratação de um suporte mais adequado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não infringir a Lei nº 8666/93.			

Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB

Unidade Jurisdicionada

Relatório de Gestão 2016

Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.2.7 Contrato de consultoria sem as cláusulas essenciais	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que elabore os contratos administrativos nos moldes do art. 55 da Lei nº 8.666/93, pois a entidade não poderá deixar de utilizar as prerrogativas que lhe conferem o regime jurídico público, a fim de se resguardar caso ocorra qualquer eventualidade decorrente da relação contratual, e observando o princípio da indisponibilidade do interesse público.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
Acatar a recomendação diante da carência de servidores, assim como de recursos para a respectiva contratação de um suporte mais adequado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não infringir a Lei nº 8666/93.			

Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.3 Bens Patrimoniais 4.2.3.1 – Divergência entre o relatório estatístico por classificação contábil acumulado de janeiro a dezembro de 2015 e o registro dos bens no Balanço Patrimonial de 2015	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Setor de Contabilidade			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que apresente justificativas acerca das diferenças apontadas, bem como a conciliação dos valores, observando a rotina de depreciação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Setor de Contabilidade			
Síntese da Providência Adotada			
O setor de Contabilidade procedeu com a conciliação entre o sistema de bens patrimoniais e contabilidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não existir diferenças nas contas patrimoniais.			

Relatório de Gestão 2016

Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.3.2 - Identificação de bens.	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Setor de Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que troque as etiquetas de papel por plaquetas ou etiquetas adesivas próprias para controle patrimonial.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Setor de Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
Acatamos a recomendação			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Como foram adquiridos móveis novos para subsede, em Campina Grande-PB, precisamos etiquetá-los, pois é patrimônio do CRCPB.			

Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB

Relatório de Gestão 2016

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.3.3 Não foi apresentado a essa auditoria os termos de responsabilidade dos bens patrimoniais devidamente assinados.	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Setor de Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se que o Regional implemente os Termos de Responsabilidade, onde devem ser colhidas as assinaturas dos responsáveis das áreas onde os bens serão alocados, zelando pela sua guarda e conservação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Setor de Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
O setor de patrimônio solicitou as assinaturas pelos responsáveis onde os bens são alocados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foram assinados os termos de responsabilidade.			
Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.4Gestão de Pessoal 4.2.4.1 Intervalo mínimo de repouso.	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Setor de Tesouraria			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que reforce os controles internos administrativos em relação ao período do intervalo para o almoço.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Setor de Tesouraria			
Síntese da Providência Adotada			
Foi feito reuniões com os colaboradores para tal correção.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alerta para não desobedecer a legislação trabalhista.			
Fonte: Relatório da Auditoria - CRCPB			

Relatório de Gestão 2016

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			
Conselho Regional de Contabilidade da Paraíba			
Recomendações Expedidas pela CCI			
Ordem	Tipo de Documento	Item	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria CCI/CFC	4.2.5 - Acessibilidade 4.2.5.1 – Garagem sem reserva de vagas para portadores de necessidades especiais e banheiro adaptável	Relatório de Recomendações nº 18/16
Diretoria/Coordenadoria Objeto da Recomendação			
Setor de Patrimônio			
Descrição das Recomendações			
Recomenda-se ao Regional que faça constar na garagem reserva de vagas para portador de necessidades especiais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			
Setor de Patrimônio			
Síntese da Providência Adotada			
O setor de patrimônio provou ao auditor que essas vagas já existem no estacionamento em frente ao CRCPB, desde de 2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não infringir a Lei nº 10.098/2000.			

Fonte: Relatório da Auditoria – CRCPB